



XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.  
Deu-se conta da conclusão da Apreciação Parlamentar n.º 1, relativa ao Decreto-Lei n.º 92/2025, de 14 de agosto — «Aprova o processo da primeira fase da reprivatização do capital social da TAP — Transportes Aéreos Portugueses, SA.», no seguimento da rejeição, na especialidade, das propostas de alteração.  
Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à retoma de mandato de um Deputado do Chega.  
O Presidente endereçou condolências às famílias e amigos das vítimas mortais na sequência das condições climáticas que afetam o País.  
No âmbito da ordem do dia, fixada a requerimento do PSD, foi discutido e aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [398/XVII/1.ª](#) (PSD) — Estabelece medidas de

proteção de crianças em ambientes digitais, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados [Paulo Lopes Marcelo](#) (PSD), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Gonçalo Dinis Capitão](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Ricardo Lopes Reis](#) (CH), [Andreia Neto](#) (PSD), [Rita Matias](#) (CH), [Mariana Vieira da Silva](#) (PS), [Rui Cardoso](#) (CH), [Sofia Pereira](#) (PS), [Marta Patrícia Silva](#) (IL), [Madalena Cordeiro](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Porfírio Silva](#) (PS), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [André Ventura](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L) e [Eva Brás Pinho](#) (PSD).  
O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 28 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde. Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as portas das galerias, para o público poder assistir.

*Eram 15 horas.*

*Pausa.*

Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos. Já temos também público a assistir à nossa sessão, por isso era também aconselhável termos as condições para que o início dos trabalhos acontecesse.

Faça favor, Sr. Secretário da Mesa.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é para dar nota à Câmara de que já se encontram disponíveis, no portal da Assembleia, as iniciativas que deram entrada na Mesa desde a nossa última sessão.

Informo também a Câmara de que, no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 1/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP, L, BE) — Decreto-Lei n.º 92/2025, de 14 de agosto – Aprova o processo da primeira fase da reprivatização do capital social da TAP (Transportes Aéreos Portugueses, SA.), todas as propostas de alteração realizadas foram rejeitadas, razão pela qual se conclui o processo de apreciação.

Temos também o Parecer n.º 8, da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, no sentido de informar a retoma do mandato do Sr. Deputado André Claro Amaral Ventura, com efeitos ao dia 9 de fevereiro de 2026.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos de votar este parecer e, portanto, pedia aos Srs. Deputados a sua atenção e àqueles que estão em pé o favor de se sentarem.

Vou colocar à votação o parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Portanto, Sr. Deputado André Ventura, seja de novo bem-vindo à Assembleia da República.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Com o Jorge Pinto não foi preciso!

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar início também a estes nossos trabalhos, pedia atenção. Não posso deixar de manifestar, mais uma vez, a consternação da Assembleia da República pela situação que se tem vivido, nos últimos dias, no nosso País.

Quero, em primeiro lugar, dirigir uma palavra de sentidas condolências e solidariedade a todas as famílias e amigos das vítimas mortais. Quero também transmitir uma palavra de proximidade a todas as pessoas afetadas e a todos os que estão no terreno a proteger os cidadãos, as propriedades e o território.

O Parlamento está atento e tudo faremos para ajudar o nosso País a resistir e a reerguer-se.

Agora, vamos entrar no primeiro ponto da nossa agenda, que consiste numa fixação da ordem do dia, requerida pelo PSD, acerca do Projeto de Lei n.º 398/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Estabelece medidas de proteção de crianças em ambientes digitais.

Para uma primeira intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Lopes Marcelo, do PSD.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de começar, quero aqui também deixar uma saudação e um abraço solidário às famílias das vítimas e a todos os portugueses que estão a sofrer, nos últimos dias e hoje, com o mau tempo, em especial na zona centro do País.

Porém, o que nos traz aqui hoje é um outro problema igualmente grave: o tempo excessivo que as nossas crianças passam no mundo digital e os efeitos que isso provoca na sua educação e saúde mental.

Observamos isso todos os dias. Os nossos filhos brincam cada vez menos connosco ou com os amigos, na rua ou na escola, mas passam horas agarrados ao telemóvel. Do outro lado da porta da nossa casa já não

está um amigo ou um vizinho para brincar com a bola, mas sim um algoritmo para atrair os nossos miúdos, sem nos pedir licença.

O projeto de lei que o PSD hoje traz aqui nasce da convicção de que a infância dos nossos filhos deve ser marcada pela família, pela escola e pelos amigos e não por algoritmos manipuladores.

Não é aceitável que uma criança passe tantas horas seguidas a ver vídeos numa qualquer plataforma chinesa,...

*Protestos do L, BE e de Deputados do PCP.*

... sem acompanhamento dos pais, ficando exposta a um mundo para o qual não está preparada, um mundo tantas vezes viciante, com violência, abusos e manipulação.

O PSD não tem nenhum preconceito contra as tecnologias digitais. Pelo contrário, acreditamos que podem ser um espaço de liberdade e de conhecimento, mas liberdade não significa abandono ou ausência de regras.

Não pretendemos banir ou proibir o acesso das crianças às redes e plataformas digitais, mas sim promover que as crianças dominem o ambiente digital, em vez de serem dominadas por ele, reduzindo riscos de adição, exposição a conteúdos nocivos e aliciamentos ilícitos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vários estudos científicos internacionais, confirmados pela Organização Mundial da Saúde, alertam para que o uso precoce e excessivo das redes sociais está ligado à ansiedade, à depressão, perturbações do sono, hiperatividade e outros comportamentos aditivos. Tudo isto é já uma realidade à nossa volta, com consequências na saúde mental, no rendimento escolar e nas relações familiares.

Perante estes riscos, não podemos ficar passivos. Temos a obrigação de proteger as crianças, onde quer que estejam. Para isso, é necessário regular, não para proibir, mas para proteger e para educar.

Para isso é necessário ouvir com atenção a nossa proposta, que estabelece os 16 anos como idade mínima para o acesso autónomo a plataformas e redes sociais, bem como para a autorização do tratamento de dados pessoais, em coerência com outros sistemas europeus e na aplicação do RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Na Coreia do Norte também é assim!

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Entre os 13 e os 16 anos, na nossa proposta, a autonomia digital só existe com consentimento parental, de forma expressa e informada, pelos pais ou outros representantes legais. Ou seja, o papel dos pais e da família é valorizado para autorizar e acompanhar os filhos nas redes e plataformas digitais.

Podemos perguntar: porquê os 16 anos? Esta idade é baseada no sistema jurídico português, que também estabelece os 16 anos para ganhar autonomia em outras áreas, como abrir uma conta bancária, ter um contrato de trabalho ou conduzir uma mota de baixa cilindrada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É igual! Isso é igual!

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — É também aí que se adquire responsabilidade penal, aos 16 anos. É também aos 16 que se pode dar consentimento informado em temas de saúde.

Sr. Presidente, a nova lei que propomos baseia-se numa ideia importante: a proteção das crianças compete não apenas às famílias e ao Estado, mas também às plataformas digitais, que devem ser proativas e introduzir e atualizar mecanismos de proteção das crianças.

O projeto consagra uma obrigação destas empresas de ter um sistema robusto de verificação da idade, associado à Chave Móvel Digital ou a outros sistemas semelhantes e, no futuro, à carteira digital de identidade europeia.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — É incrível!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Incrível!

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Quero aqui deixar muito claro que este sistema não implica qualquer tipo de censura ou de controlo por parte do Estado, da ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações), do Governo ou de qualquer autoridade pública em Portugal, em relação às contas sociais que temos e ao que fazemos ou publicamos, ou aos conteúdos que publicamos no espaço digital.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — É melhor ir ler o projeto!

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Esta nova funcionalidade, associada à Chave Móvel Digital — e há aqui um trabalho técnico a fazer, juntamente com a ANACOM, de aprovar o referencial técnico associado à Chave Móvel Digital —, permite verificar a idade no processo de criação de uma nova conta, e apenas aí, sem partilhar qualquer outra informação sobre cada um de nós ou as nossas crianças. Ou seja, uma nova conta é ligada à Chave Móvel Digital, que apenas confirma a idade da pessoa, sem associar nem a morada nem a identidade dos pais ou sequer o nome.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Então como é que sabe?!

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Não há aqui recolha de informação ou qualquer sistema de vigilância, censura ou controlo centralizado sobre as redes e o espaço digital. Apelo, portanto, a que sejamos sérios neste debate e a que não se divulguem informações falsas que confundem as pessoas.

Para as contas das crianças com menos de 16 anos — e apenas para essas contas — introduzimos configurações seguras, *by design*, para proteger essas crianças: um perfil privado, não pesquisável, recomendações algorítmicas limitadas e não aditivas, limites à reprodução automática de vídeos, menos métricas sociais, menos manipulação de imagens ou de vídeos.

Estamos, obviamente, disponíveis para melhorar estes requisitos e para melhorar a lei em especialidade, mas deixem-me ser claro: nas contas de crianças temos mesmo de atacar o problema de frente e impedir que as grandes plataformas continuem a viciar e manipular emocionalmente os nossos filhos para ganhar dinheiro com eles.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Ih, Jesus!

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — As crianças e os seus dados não podem continuar a ser objeto de comércio. Se uma plataforma obtém lucro com as contas dos nossos filhos, conseguindo aceder a informação e a dados que depois são vendidos a outras empresas comerciais para fazer publicidade, deve-se responder também pelas consequências negativas dessa atuação.

As contas de crianças com menos de 16 anos passam a ter mecanismos de deteção de contactos suspeitos e bloqueio automático de mensagens violentas ou de cariz sexual, apenas essas, com canais de denúncia de resposta rápida.

São as plataformas, e não o Estado — repito, não é o Estado ou o Governo ou a ANACOM —, que têm de introduzir mecanismos de prevenção e deteção numa lógica de autorregulação e não de controlo por parte do Estado.

O projeto nada diz, e nada diz mesmo, sobre mensagens políticas ou outras. Não há aqui, portanto, um risco de censura ou de controlo centralizado das mensagens que cada um de nós ou os cidadãos querem emitir no espaço digital. Apelo, portanto, à responsabilidade e à verdade quando comunicamos sobre esta matéria.

A fiscalização da aplicação desta lei cabe aos reguladores, em especial à ANACOM, que pode emitir orientações técnicas e aplicar coimas elevadas, que, no caso das grandes empresas, podem atingir até 2 % do volume de negócios mundial.

Há aqui uma mensagem muito clara: a lei é mesmo para ser cumprida. Não é por uma pequena maioria poder vir a conseguir contornar os mecanismos de controlo de idade que podemos ou devemos desistir de proteger as nossas crianças, tal como não é porque alguns miúdos conseguem comprar álcool ou tabaco antes dos 18 anos que vamos deixar de proibir a venda a menores de 18 anos.

A liberdade de consumir álcool ou tabaco exige regras quando estão em causa riscos graves para a saúde. O mesmo raciocínio devemos aplicar ao espaço digital. Quando há risco para a saúde das crianças, este Parlamento não se pode resignar ou ser um mero espectador.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é o início de um processo legislativo que pretendemos que seja sereno, sério e racional, onde convidamos todos os partidos e a sociedade a dar contributos em sede de especialidade, e já aqui hoje neste debate, para aperfeiçoarmos o nosso projeto.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Não somos donos da verdade, longe disso, mas estamos empenhados em ter uma lei que proteja de forma efetiva as nossas crianças, para que passem mais tempo a brincar com os irmãos e com os amigos do que agarrados a um ecrã.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

As crianças não podem ser um laboratório de experiências tecnológicas. A infância não pode ser sacrificada em nome de um mercado digital ou de uma visão errada de liberdade. Apelamos, portanto, à responsabilidade de todos.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem cinco pedidos de esclarecimento, tendo a Mesa a indicação de que vai responder a todos em conjunto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Convém ser tudo junto, para disfarçar!

O Sr. **Presidente**: — Para formular o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Angélique Da Teresa.

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Lopes Marcelo, o uso excessivo de redes sociais é um problema para todos e, naturalmente, com particular incidência nos nossos filhos, nas nossas crianças.

Há exemplos de outros países que implementaram estas proibições, mas não queria falar de forma abstrata. Vamos pensar nos nossos casos: nos nossos filhos, nos nossos sobrinhos, que têm mais literacia digital do que nós todos juntos nesta Sala, Sr. Deputado.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Oh, fale por si...!

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — Achamos que não vão fazer o mesmo que as crianças e jovens dos outros países em que estas proibições foram implementadas, e que contornaram a proibição, migrando para uma VPN (*virtual private network*)?

Crianças de 10 e 12 anos, Srs. Deputados, fazem isto de olhos fechados e inclusive partilham VPN. E aí, sim, não há limitações, não há controlo absolutamente nenhum. Portanto, das duas, uma: ou estamos a ser ingénuos ou não queremos ver o óbvio. A UNICEF (*United Nations Children's Fund*) concorda com estas afirmações, tem feito estes alertas.

A pergunta que faço à bancada do PSD, naturalmente através do Sr. Deputado Paulo Lopes Marcelo, é se tem noção de que esta proposta que estão a criar não é mais do que uma via verde para a *dark web* em Portugal.

Os nossos filhos vão ficar com as portas completamente escancaradas.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares e contraprotestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.*

E depois, como é que vamos combater aquilo que não se vê e como é que vamos combater aquilo que não se conhece?

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Também para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sandra Ribeiro, do Chega.

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Lopes Marcelo, o projeto de lei que hoje aqui se discute parte do pressuposto de que os pais e tutores não têm capacidade para supervisionar os conteúdos a que os filhos acedem e pretende transferir para o Estado e para as plataformas digitais competências que são constitucionalmente dos pais.

*Protestos da Deputada do PS Mariana Vieira da Silva.*

Isto é preocupante, pois visa minimizar o papel dos pais na educação dos seus filhos.

**Vozes do CH**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Ribeiro** (CH): — Determina que tanto a ANACOM como a Comissão Nacional de Proteção de Dados se devem articular com a Agência para a Reforma Tecnológica do Estado para garantir a integração segura e adequada do sistema Chave Móvel Digital nos sistemas de verificação de idade previstos na presente lei.

Vamos esclarecer algumas questões.

Por exemplo, a alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º diz que «o sistema de verificação de idade deve obedecer» a um «elevado grau de fiabilidade e resistência à fraude». Como é que o Governo assegura que os sistemas de verificação de idade têm efetivamente «elevado grau de fiabilidade e resistência à fraude»? De que forma é que serão estabelecidas as regras de anonimização, certificação, auditoria e segurança?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não sabem!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Ribeiro** (CH): — O Governo vai responsabilizar-se civilmente por violações de privacidade e falhas de proteção de dados?

Vamos agora ao artigo 12.º, que sofre de inconstitucionalidade, pois, de acordo com a alínea b), «os serviços e plataformas abrangidos pela presente lei devem [...] bloquear automaticamente mensagens contendo material violento ou sexual, incluindo conteúdos agressivos ou falsos que possam configurar *cyberbullying*». Este artigo utiliza conceitos vagos e indeterminados, suscetíveis de restringir a liberdade de expressão e a liberdade de informar e ser informado.

*Aplausos do CH.*

O que são conteúdos agressivos e falsos? Quem os vai classificar? O bloqueio automático será feito por quem? Este artigo viola o princípio da proporcionalidade, pois há métodos alternativos, menos restritivos, como ações de sensibilização ou simplesmente os pais poderem não permitir o acesso.

Srs. Deputados, a questão central que colocamos aqui hoje é esta: queremos capacitar os pais e proteger as crianças ou criar um Estado de vigilância digital...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem! Muito bem! É isso mesmo!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Ribeiro** (CH): — ... que não respeite a proporcionalidade nem o controlo constitucional, apresentando assim riscos estruturais para a sociedade e a democracia?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Lopes Marcelo, disse ali em cima que o PSD não é dono da verdade e, de facto, estamos a falar de um tema muito relevante. Estamos a falar do tema da proteção de crianças e jovens num mundo que é muito real, que é o mundo digital, o mundo *online*.

Essa proteção de crianças e jovens é nossa responsabilidade coletiva. E esta proteção faz-se com uma estratégia e com ações a vários níveis e não apenas restringindo a idade de acesso das crianças e jovens a determinados conteúdos *online*.

Portanto, sendo este um tema de toda a sociedade, que está a ser discutido em toda a sociedade, porque é que, num tema tão complexo, que, na verdade, temos de atacar em várias frentes, o PSD não aceitou outras iniciativas para este debate?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Porque o debate seria muito mais rico, seria muito mais profícuo para toda a sociedade se pudéssemos estar aqui a discutir várias frentes e várias formas de abordar este assunto.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Portanto, a minha primeira pergunta é: porque é que o PSD não admitiu outras propostas neste debate?

Mas estamos aqui a falar de questões que são muito relevantes e diversas. Estamos a falar de proteção, de segurança, de liberdade, de privacidade. Estamos, na verdade, a falar da recuperação de um controlo democrático, de um espaço digital que está nas mãos de pessoas muito poderosas a nível mundial, e estamos também a falar de questões operacionais.

Não escondemos que, para nós, este é um debate difícil porque, até na proposta do PSD, há várias coisas que nos suscitam dúvidas. É por isso que hoje o nosso sentido de voto será, na verdade, influenciado pela abertura que o PSD mostrar durante este debate para as várias questões e para o trabalho em sede de especialidade.

Neste trabalho da especialidade, seja qual for o nosso sentido de voto, vamos empenhar-nos em garantir a proteção das crianças e jovens, inclusive na fuga para ambientes não controlados e não regulados, em não reforçar o enorme poder que as plataformas já têm — nomeadamente através de acesso a dados pessoais que não devem ter de maneira nenhuma —, e também em como responsabilizar efetivamente as plataformas.

Portanto, a minha pergunta, Sr. Deputado Paulo Lopes Marcelo, é se o PSD está disponível para o debate na especialidade — mais disponível do que esteve neste debate, em que não aceitou iniciativas de outros partidos.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foi o princípio da censura!

O Sr. **Presidente**: — Também para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do PS.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, em primeiro lugar, saúdo o Grupo Parlamentar do PSD pelo agendamento. É um tema pertinente e penso que o diagnóstico é partilhado por todos: é um problema que convoca toda a sociedade para este debate.

Respeitando a escolha soberana do PSD de não admitir arrastamentos, não deixo também de lamentar que não possamos ter tido a oportunidade de enriquecer já este debate.

*Aplausos do PS.*

Em linha com aquilo de que o Sr. Deputado Paulo Lopes Marcelo dava nota, da maior abertura e do convite, ora bem, é-se convidado quando se é convidado, mas teríamos todo o gosto em ter acedido ao convite para participar já hoje. Teria enriquecido o debate.

Neste pedido de esclarecimento, e primeira intervenção do Partido Socialista neste debate, acho que é importante dar a nota de que não fuçamos ao tema e aos aspetos que estão a ser focados. Este é, sim, um debate sobre direitos fundamentais; é também um debate sobre proteção dos jovens de riscos que podem seriamente afetar a sua vida.

Nisso, temos de demonstrar o quê para chegarmos ao final do debate? A necessidade destas medidas, o equilíbrio no sacrifício de direitos fundamentais que eventualmente é feito e a adequação das medidas para resolver o problema. Parece-nos que o caminho, a estrada que está aberta, aponta nesse sentido corretamente. É na afinação desse trabalho que teremos de trabalhar de seguida.

De facto, temos hoje ou não, na nossa República, no nosso espaço europeu, em tantos sítios, medidas direcionadas à proteção de menores, em rigor, até, a menores de 16 anos? É isto uma coisa que ouvimos pela primeira vez nesta Câmara e que tanto nos choca? Não há mesmo uma obrigação constitucional de proteger os jovens e aqueles em situação de maior fragilidade?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por amor de Deus!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Também há outras! Não é a única!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — É evidente que sim. Por essa mesma razão, por estas obrigações, que são de todos, que são da República, é necessário construir legislação equilibrada em áreas que já foram aqui identificadas: a saúde mental, risco de adições, perturbações do sono, desenvolvimento psicossocial, relações interpessoais, prevenção do *bullying* ou da prática de crimes sexuais contra si dirigidos, cibersegurança, riscos de radicalização. São tudo riscos suficientemente fortes, ponderosos, para que esta Câmara legisle.

*Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.*

As minhas dúvidas nesta primeira intervenção são rápidas. Tem o PSD disponibilidade para visitar temas como, por exemplo, a idade? O que fazer entre os 13 e os 16 anos? Gera-nos algumas dúvidas.

Como é que podemos melhorar, por exemplo, o regime da credenciação e da Chave Móvel, que é um aspeto importante? Estará de acordo em rever a forma como a ANACOM intervém? Não é necessário também intervir judicialmente, em certa fase, um tribunal? E como é que vamos lidar com esta territorialidade?

Ao longo do debate, procuraremos trazer estes temas.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados e em particular o PSD por trazer este tema a debate, mas partilho da crítica já aqui feita de excluir todas as outras forças políticas, até porque recorro que, aquando do debate sobre a exclusão do uso dos telemóveis nas escolas, partidos como o PAN contribuíram positivamente, nomeadamente com o reforço dos serviços de psicologia, e, também, neste debate, como é evidente, temos uma visão que achamos importante trazer, nomeadamente com algumas preocupações.

Quanto à limitação da idade, o PAN vai acompanhar favoravelmente esta iniciativa. Dizemo-lo desde já, com toda a clareza, porque, ao contrário do que alguns partidos perfilham, achamos que não cabe apenas aos pais proteger os jovens, cabe também ao Estado português proteger as crianças e os jovens da violência.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ao pai e à mãe!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por isso mesmo, parece-nos que seria muito importante haver também uma dimensão de proteção em todos os fenómenos que existem, como é o caso das plataformas, não apenas sociais, mas também de comunicação. No entanto, estão excluídas plataformas como o *Discord*.

O *Discord* não é apenas uma plataforma de comunicação, também é uma plataforma de transmissão. Recordo até um caso que aconteceu muito recentemente, no Brasil, envolvendo precisamente menores de idade que, alegadamente, terão espancado e acabado por causar a morte a um animal de companhia — neste caso o *Orelha*, que acabou por ter de ser adormecido —, transmitindo para as redes sociais. Plataformas como esta estão completamente deixadas de fora desta iniciativa.

Portanto, pergunto o que é que o PSD pretende fazer, efetivamente, para garantir que não haja fugas, como a que já aqui foi mencionada, para a *dark web* e para plataformas como o *Discord* ou o *Telegram*.

O PAN já manifestou, noutros contextos, a preocupação de que estes operadores possam ser responsabilizados sempre que persistem na transmissão *online* de conteúdos de carácter violento, como é o caso de conteúdos de carácter sexual ou, até mesmo, de maus-tratos ou violência contra pessoas ou animais, e, por isso mesmo, há que salvaguardar esta dimensão da proteção.

Não posso deixar de referir ainda um outro aspeto. Concordamos e saudamos que o PSD esteja preocupado com a violência *online*, mas há que proteger as crianças e jovens da violência *offline*, e lamentamos que, ao longo destes anos, o PSD ainda não nos tenha acompanhado na erradicação da violência, por exemplo, nos espetáculos tauromáquicos.

*Protestos do CH.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não tem nada que ver!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — A interdição a crianças e jovens ainda não está em vigor, e, em breve, o PAN trá-la-á também à discussão neste Parlamento. Esperamos que, aí, estejam do lado certo.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Que comparação absurda!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Lopes Marcelo, dispõe de 3 minutos para responder a este conjunto de pedidos de esclarecimentos.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Sr. Presidente, agradeço as perguntas que me foram feitas e penso que podemos ter aqui um debate sério e construtivo sobre estas matérias. Vou tentar responder, mas se, por algum motivo, não responder a tudo, tentarei depois, noutras intervenções ou no encerramento, responder de forma séria ao que foi colocado.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal, falou do risco de os jovens contornarem a proibição. É verdade, pode haver jovens sofisticados que consigam, através de uma VPN...

*Protestos do CH, da IL e do CDS-PP.*

Posso agora responder, se me permitirem?

Pode haver a possibilidade de alguns jovens sofisticados contornarem a proibição. Agora, não é por isso que o Estado deve deixar de atuar,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Evidentemente!

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — ... tal como não é pelo facto de o limite de velocidade na autoestrada ser muitas vezes violado que deixamos de ter um limite de velocidade na autoestrada.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então, se os carros andam...

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Reparem, as regras jurídicas e o direito servem para estabelecer um padrão, uma norma na sociedade, mesmo sabendo nós que às vezes, em alguns casos pontuais e excepcionais, essa norma não vai ser cumprida. Agora, esta norma permite-nos — aos pais, às plataformas e a todos nós — conseguir proteger e acompanhar melhor as nossas crianças.

Sobre o que perguntou quanto ao controlo efetivo da idade, e aproveitando para responder também à Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, a ideia é criar uma nova funcionalidade na chave móvel digital — uma funcionalidade que não existe, não confundam com o que já existe — que vai verificar a idade da pessoa.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Portanto, não confundam com o que existe. Vai haver uma nova funcionalidade que não partilha dados pessoais — queria que isso ficasse claro.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — À Sr.<sup>a</sup> Deputada do Chega, Sandra Ribeiro, tenho três pontos para responder.

Nós não pretendemos proibir por proibir, pretendemos estabelecer uma norma para dar mais poder aos pais e às famílias de acompanhar, regular e controlar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Aos pais e às famílias?!

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Depois, mais uma vez, não é pelo facto de alguns não cumprirem que vamos deixar de acompanhar e de cumprir.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Querem bloquear conteúdos!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eh pá, ninguém te vai proibir de pôr a chuva, tem calma! A chuva, podes continuar a pôr, pá! Já tens idade para pôr a chuva!

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Já tens idade para pôr a chuva, não há problema!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vocês é mais gin tónico!

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, estamos abertos às vossas propostas. Obviamente, há tempo para os outros partidos apresentarem projetos e, portanto, apelava aos outros partidos que apresentassem projetos ou propostas alternativas, que vamos analisar de forma séria. O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do PS, também falou nisso, pelo que estamos abertos e convidamo-los a apresentarem propostas.

Quanto ao limite de idade e à chave móvel digital, na 1.<sup>a</sup> Comissão, vamos ouvir os especialistas, vamos ouvir psicólogos, pais, professores, vamos ouvir a ANACOM, para tentarmos ter mais solidez nas propostas.

Quanto às redes de comunicação interpessoal de que falava a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, não proibimos nem o *WhatsApp*, nem o *Signal*, temos é regras para que certos conteúdos não possam ser transmitidos...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao próximo orador, e porque as nossas galerias estão já bastante preenchidas, dou a informação à Câmara de que estão a assistir aos nossos trabalhos, nas diversas galerias, alunos e professores do Agrupamento de Escolas Domingos Sequeira, de Leiria; cidadãos da instituição Frutus — Estação Fruteira do Montejunto, do Cadaval; cidadãos da Costureirinhas da União de Freguesias de Cadaval e Pêro Moniz; alunos e professores da Escola Secundária Sebastião e Silva, de Oeiras; alunos e professores da Escola Secundária Professor Santana Castilho, de Miraflores; alunos e professores da Escola Secundária Rainha Dona Amélia, de Alcântara; e alunos da Universidade Lusófona.

*Aplausos gerais.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Estás a ver a diferença?!

*O orador dirigia-se à bancada do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Vocês, zero seguidores!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Viram a chuva!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Diz lá isso ao Montenegro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O rio Mondego é em Portugal, não é em Espanha!

O Sr. **Presidente**: — Agora, dou a palavra ao Sr. Deputado Filipe Sousa, para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Hoje, falamos de algo simples, pertinente, mas ao mesmo tempo complexo, que é proteger as nossas crianças. Estamos a falar de algo que qualquer pai ou mãe percebe sem precisar de relatórios.

Hoje, uma criança de 12 anos acorda e adormece com o telemóvel na mão. Está no quarto, está em casa, mas muitas vezes está sozinha. Sozinha, com algoritmos que o que fazem exatamente é que a prendem, a fragilizam e lhe tiram mais tempo. E nós sabemos que isso tem consequências: ansiedade, problemas de sono, baixa autoestima e, acima de tudo, dependência.

Isto não é teoria, é o que os pais nos dizem, é o que os professores sentem, nas escolas, e é também o que os próprios jovens admitem quando falam connosco. Durante anos, tivemos coragem para dizer que uma criança não pode beber álcool, não pode jogar, não pode fumar.

*Protestos do CH.*

Então, por que razão aceitamos que entre, sem proteção, num mundo digital feito para capturar atenção e moldar, acima de tudo, comportamentos?

Este projeto, embora reconhecendo que há muito trabalho que teremos de fazer em sede de especialidade, estabelece, acima de tudo, o seguinte: cria maioria digital aos 16 anos; acesso entre os 13 e os 16 apenas com consentimento parental efetivo; e proibição abaixo dos 13, com verificação de idade robusta.

Nada disto, na minha opinião, é radical; é, acima de tudo, proteção. Não estamos contra a tecnologia, estamos, sim, contra o abandono, a exploração de fragilidades dos mais novos. Este diploma não substitui, acima de tudo, os pais, devolve-lhes instrumentos; não fecha portas, cria regras.

A liberdade sem maturidade torna-se vulnerável e, entre o conforto das plataformas e a saúde mental das nossas crianças, a escolha é óbvia. Estarei sempre ao lado da responsabilidade e estarei, sem hesitação, ao lado da proteção...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Também para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Esta Assembleia reúne-se, mais uma vez, para discutir como nos relacionamos no espaço digital. Nas duas últimas décadas, a rápida emergência da *internet* e das redes sociais trouxe oportunidades incontáveis e, como todas as tecnologias, trouxe também novos perigos.

Há 15 anos, quando surgiram as primeiras redes sociais, tal como hoje as conhecemos, imaginou-se um mundo mais ligado, mais rico e também mais pequeno, e parte dessa história confirma-se. A outra parte é que já não esperávamos, na altura: estávamos diante de um enorme desafio para as nossas sociedades e também para a nossa saúde mental. Mas também nada disto é totalmente novo.

Houve receios com a televisão, houve receios com os videojogos e com as consolas, e, a cada momento, a sociedade foi aprendendo algo essencial: os desafios existem, mas enfrentam-se sobretudo com educação, informação e responsabilidade, e não com tentativas de controlo absoluto. Porque a verdade é esta, a proibição ou o controlo total não são possíveis. Não foram possíveis noutras áreas e noutras atividades e não serão possíveis, certamente, no espaço digital.

As crianças e os jovens correm hoje riscos reais nas redes sociais e os mais vulneráveis entre eles arriscam-se a ser vítimas de ataques ao seu bem-estar.

A Sr.<sup>a</sup> **Eva Brás Pinho** (PSD): — Ah!...

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — É preciso termos um trabalho sério, de facto, para preparar os mais novos para navegarem neste mundo em segurança, e hoje parece estar quase tudo por fazer. Mas estes jovens não ficam em segurança se, de um dia para o outro, forem empurrados para fora do acesso normal às redes sociais e às plataformas; ficam, pelo contrário, mais vulneráveis.

O exemplo do Reino Unido, muito recente, é instrutivo. O acesso às redes sociais para jovens abaixo dos 13 anos foi proibido e, ainda assim, 82 % — a sua maioria, Sr. Deputado Paulo Marcelo! — dos jovens entre os 10 e os 12 anos continuam a ir a estas redes. Quem nos diz isto é o regulador inglês das telecomunicações, a ANACOM inglesa, se assim o quiserem.

**Vozes da IL**: — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Por isso, Srs. Deputados, o que é que acontece quando introduzimos uma proibição? Bom, já sabemos, à partida, que o *WhatsApp* e o *Signal* estão excluídos. Portanto, sabemos que a partir do momento em que esta lei entrar em vigor vão todos para o *WhatsApp* e para o *Signal*.

Depois, vão querer proibir o *Signal* e o *WhatsApp*. E o que é que acontece? Aprendem a entrar em VPN.

Depois, tenta-se, como estão a tentar fazer no Reino Unido, regular as VPN. Se não pode haver VPN, começam a instalar aplicações fora das lojas *online* de aplicações. E, por aí adiante, empurramos todas as crianças para a clandestinidade digital...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Claro!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — ... e os pais ficam sem saber nada sobre o que é que elas estão a fazer.

**Vozes da IL:** — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Por isso, Srs. Deputados, antes de se substituírem aos pais na educação das crianças, pensem nas consequências, para os próprios pais, das medidas que estão aqui a querer implementar.

*Aplausos da IL e do Deputado do CH Diogo Pacheco de Amorim.*

Srs. Deputados, esta proposta não é só sobre verificação de idade. Esta proposta introduz, pela porta das traseiras, o famoso *chat control* que destrói toda a comunicação encriptada em Portugal, varrendo as mensagens pessoais de forma automatizada. A pedido do Estado, teremos plataformas a varrer todas as mensagens que enviamos.

Srs. Deputados, não há Estado de direito que aguarde uma medida destas.

*Protestos da Deputada do PSD Eva Brás Pinho.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — O artigo 12.º!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Não há Estado de direito nem há Constituição que aguarde um projeto destes.

**Vozes da IL:** — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Em conclusão, antes de fazer o trabalho que falta, em vez de preparar filhos, pais e comunidades escolares para o mundo digital, o PSD avança para uma proibição que não vai conseguir aplicar.

Antes de mobilizarem a comunidade académica e os especialistas para identificar e acompanhar riscos de saúde mental, para desenhar respostas e avaliar o que é que realmente pode funcionar, desenham uma arquitetura de verificação e controlo que invade a privacidade de todos no País.

Antes de reforçarem o que é mesmo indispensável — investir na saúde pública, com foco nestas crianças, com apoio psicológico nas escolas, com linhas de apoio e capacidade de intervenção precoce —, agravam a exclusão digital e empurram os jovens para contextos muito, muito menos seguros. Tudo isto quando há, sim, especialistas e organizações de pais que consideram que esta medida não funciona. Vejam o que é que se passa lá fora.

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Errada, mal feita, mal pensada: a proposta do PSD é uma resposta pouco séria a um problema sério.

*Protestos de Deputados do PSD.*

Por isso, a Iniciativa Liberal deixa-vos um desafio: comecem de novo.

*Protestos da Deputada do PSD Eva Brás Pinho.*

O PSD escolheu não permitir que outros partidos apresentassem as suas propostas — e é importante que isso fique registado —, mas isso não impedirá a Iniciativa Liberal de avançar com as suas próprias propostas.

Com peso e medida, sem ataques à liberdade e privacidade dos portugueses, sem aumentar os riscos para os jovens e, sobretudo, com responsabilidade, que é a única forma aceitável de abordar este tema.

Mas, Srs. Deputados, responsabilidade não foi aquilo que aqui vimos.

*Aplausos da IL e do Deputado do CH Diogo Pacheco de Amorim.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Frazão.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Invoco hoje para este debate, e no início, a alma e o espírito de São Carlo Acutis,...

*O orador exibiu uma imagem do santo que referiu.*

*Aplausos do CH.*

... que nasceu para o céu em 2006, apenas com 15 anos. Tinha, portanto, menos idade do que aquela que o PSD pretende agora fixar como a idade mínima para o acesso autónomo ao mundo digital.

*Protestos de Deputados do PS.*

E foi ainda proclamado santo, em setembro passado, depois de o Papa Francisco reconhecer os seus milagres — sim, o mesmo Santo Padre Francisco que a esquerda tanto gosta de citar.

*Continuação de protestos de Deputados do PS.*

São Carlo, tendo vivido connosco apenas 15 anos, é o primeiro santo *millennial*, e a Igreja deu-lhe o título de padroeiro da *internet* e das redes sociais,...

*Protestos de Deputados do L.*

... porque percebeu, Srs. Deputados, que o ambiente digital é hoje o areópago moderno, é hoje a praça pública do século XXI.

*Aplausos do CH.*

Entre os seus amigos, São Carlo era conhecido como um *geek*, porque, apenas aos 14 anos, o pároco da sua igreja pediu-lhe para fazer o *site* da paróquia em Milão e ele desenvolveu, sozinho, uma plataforma mundial onde eram registados os milagres eucarísticos...

*Risos de Deputados do PS e da IL.*

... e as aparições marianas reconhecidas pela Igreja. Ele envolveu a família, envolveu a comunidade e colocou o seu talento ao serviço do bem.

Nasceu, claro, numa família católica que lhe ensinou algo fundamental: usar a liberdade com responsabilidade.

*Aplausos do CH.*

Os seus pais não lhe proibiram a *internet*, não lhe bloquearam os acessos. Os seus pais, católicos, nunca lhe castraram a imaginação nem os talentos que Deus lhe concedeu, como jovem único e irrepetível.

*Protestos da Deputada do PSD Eva Brás Pinho.*

Por isso, São Carlo chegou aos altares,...

*Risos do PS.*

... chegou a santo e chegou, acima de tudo, ao céu.

Mas atenção, tal como os seus pais, São Carlo não era ingénuo. Ele sabia que, de facto, a *internet* pode degradar, pode escravizar e, por isso mesmo, dizia a todos os jovens que fossem menos consumidores passivos e desafiava-os a serem produtores. Ele dizia esta frase, que deve ecoar nesta Câmara: «Todos nascemos como originais, mas muitos morremos como cópias.»

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ó André! Isto é lamentável! Não tinhas nada melhor?!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, os pais de Carlo ensinaram-lhe critério, deram-lhe exemplo, acompanharam-no na sua educação, e é exatamente aqui que reside a divergência essencial com esta proposta. O Chega não defenderá — jamais! — um Estado censor e um Estado tutor.

*Aplausos do CH.*

No Chega, queremos um País de famílias fortes, de pais livres e responsáveis e uma sociedade que educa para a liberdade e não para o medo.

Srs. Deputados, o Estado, quando começa a querer substituir-se aos pais, acabará não apenas por limitar o acesso dos jovens à *internet*, acabará por coartar a própria liberdade a todos nós.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Gonçalo Capitão. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PSD não se cala!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Ainda nem disse nada.

*Risos do PSD.*

Mesmo para o Sr. Deputado Pedro Frazão, esta intervenção é, no mínimo, lamentável.

Mas começo por outro Deputado do Chega — se não estou em erro é Deputado do Chega —, Nuno Simões de Melo, que hoje disse que o PSD quer aproveitar esta tempestade para controlar. Ora, pelo menos não acrescentámos chuva à nossa intervenção,...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — ... mas, apesar de tudo, temos aqui uma garrafinha que podemos carregar.

*O orador exibiu uma garrafa de plástico vazia.*

*Risos do L.*

A verdade é que é uma vergonha da vossa parte acharem que os vossos colegas vão aproveitar-se de uma tragédia para instrumentalizar isto. Talvez por isso é que o grande líder da direita teve um terço dos votos do candidato da esquerda, do candidato que não fazia nada.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — E o vosso candidato?!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): —E o Marques Mendes?

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Vocês tiveram 11 %!

**Vozes do CH:** — Vergonha!...

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, pedia para darem condições ao Sr. Deputado para continuar. Faça favor.

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Obrigado.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Ó Deputado Pedro Pinto,...

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — ... eu convivo bem com o seu ruído.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O quê? Nem ouvi o que disseste!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Não ouviu? Eu digo-lhe: gosto muito desse modo «chegopitecos», dessa arte rupestre que performa aí, desses urros que faz para aí.

*Risos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quem urra é a tua tia e a tua irmã!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — É uma vergonha isto, assim como é uma vergonha, deixem-me dizer-lhes,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está a falar com quem? O que é isto?

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — É uma vergonha...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estás a falar com quem?!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está-me a ofender!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, pedia para darem condições, e pedia também ao Sr. Deputado para se cingir ao objeto da sessão de hoje.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto não é um circo!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

*Burburinho na Sala.*

O tempo está parado. Era bom que se desse condições, e pedia que se enquadrasse o tema na ordem do dia.

Faça favor, Sr. Deputado.

*Pausa.*

Comece, porque se não houver condições eu volto a interromper. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Mais ainda, esta intervenção é lamentável porque quem explora o rancor, quem explora o desespero e quem galga o oportunismo é o Chega, não é o PSD.

*Aplausos do PSD.*

Estamos a falar de cidadãos em formação, em desenvolvimento, que são comercialmente manipuláveis, que são politicamente radicalizáveis, mas talvez seja por isso que não querem fazer nada.

**Vozes do PSD**: — Claro! Muito bem!

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — O Sr. Deputado, diga-me, porque eu ouvi a sua intervenção na convenção autárquica, «o que é que faria nesta situação o Prof. Dr. André Ventura?». Se calhar não faria uma figura tão triste, porque tem alguma inteligência emocional.

*Protestos do CH.*

Mas deixe-me dizer-lhe o seguinte: não intervir nesta matéria quer dizer que seremos coniventes com a situação da criança que sai de casa atrás de um perfil falso e não volta;...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — ... que somos coniventes com a situação da criança que é vítima de *bullying* e entra em depressão, e pode até acontecer pior;...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

*Protestos do Deputado do CH Ricardo Dias Pinto.*

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — ... que somos coniventes com chantagem, com instrumentalização e com tanta, tanta, tanta informação falsa — mas disso os senhores gostam!

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — O senhor invocou um santo e eu, em relação à sua intervenção, vou invocar outra santa: a santa ignorância, que é a sua padroeira.

*Aplausos e risos do PSD e de Deputados do PS.*

*Risos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Foi pedido um esclarecimento...

*Burburinho na Sala.*

Srs. Deputados! O tema é suficientemente importante...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Presidente**: — ... para que seja tratado com a dignidade que o Parlamento também exige.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Notou-se a elevação!

O Sr. **Presidente**: — A todos!

Isto é genérico, não é para nenhum Sr. Deputado!

**Vozes do CH**: — É, é!

O Sr. **Presidente**: — Estou a dizer para todos, que não dão condições.

Portanto, vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Frazão, a quem foi pedido o esclarecimento, para ter a possibilidade de esclarecer, nos 2 minutos seguintes. Espero que também tenha condições para o fazer. Faça favor.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente, bem, o Sr. Deputado Capitão — não sei se é capitão, se é sargento ou se é soldado raso! —,...

*Risos do CH.*

... de facto, tem uma grande falha na sua vocação, porque parece que a sua vocação não é ser Deputado, é ser comediante de terceira categoria num bar manhoso de *stand-up comedy*.

*Aplausos do CH.*

É a verdade.

O Sr. Deputado veio para aqui dizer que a minha — a minha, a minha! — intervenção é lamentável, quando foi o Sr. Deputado que mereceu um reparo da Presidência da Assembleia da República porque se estava a desviar do tema. Portanto, meta a mão na consciência.

**Vozes do PSD**: — Ah!...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Depois, falou de vergonha, vergonha, vergonha... Vergonha deveria ter o senhor, nessa bancada que apoia o Governo, que tem uma Ministra da Administração Interna que se demitiu a meio da noite,...

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD.*

... meteu o rabinho entre as pernas e fugiu de sola, quando o País está no meio de uma calamidade! Isso é que é vergonha. Uma ministra, aliás, de quem o nosso líder André Ventura já tinha exigido a demissão.

*Protestos do PSD.*

Sabe quando? No verão passado! Porque no verão passado, depois dos fogos, já era perfeitamente manifesto...

*Continuação de protestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem razão quando diz que chamei à atenção, mas tenho também de o chamar à atenção de que o tema não é a Ministra da Administração Interna.

*Aplausos do PSD.*

Por isso, dentro daquilo que é o uso alargado, responda ao Sr. Deputado. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Está a responder com a mesma liberdade!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ó Sr. Presidente, peço desculpa,...

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Ele é que foi buscar o tema!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Peço desculpa, mas aí discordamos, porque o Sr. Deputado Capitão introduziu este tema no pedido de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Claro!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Portanto, a minha obrigação é responder-lhe a esse pedido de esclarecimento, no devido tema. Portanto, aí discordamos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Não, não!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Mas continuando...

O Sr. **Presidente**: — Dois penáltis não se corrigem um ao outro, erram os dois.

*Aplausos do PSD e de Deputados do PS.*

*Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vou continuar no pedido de esclarecimento, se me der essa possibilidade.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito obrigado.

O Sr. Deputado Capitão introduziu também o tema das presidenciais, mas é preciso ter muita falta de vergonha na cara, quando a sua bancada e os ministros do Governo que apoia andaram na rua, na primeira volta, a apoiar um candidato que nem passou à segunda volta, nem teve mais de 11%! Teve apenas 600 000 votos!

*Aplausos do CH.*

Seiscentos mil votos! Sr. Deputado, vergonha tinha eu de falar nesse assunto.

Depois, finalmente, conseguiu-se dirigir ao tema das crianças. Entre o Sr. Deputado e eu, não sei quem é que tem mais capacidade para falar de crianças, porque sou pai de sete filhos...

*Protestos do L, do BE e de Deputados do PS.*

**Vozes do PSD:** — Ah!...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — ... e sei muito bem que os meus filhos são todos diferentes. São todos diferentes, e na sua capacidade de lidar com as redes sociais são também diferentes. Portanto, não me venha dizer que o senhor está mais preocupado do que eu com as crianças, porque isso, Sr. Deputado, realmente, não lhe admito.

Sabe uma coisa? Olhe, em vez de estar a falar dos Gipsy Kings e em músicas gitanas, enfie a viola no saco e vá fazer *stand-up comedy*.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Agora, lá para trás!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, eu também tenho cinco filhos...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Mas não são menores, certamente! Os do Pedro são menores!

O Sr. **Presidente:** — ... e gostava de vos ouvir sobre o tema em concreto — a todos! —, e não sobre temas laterais. Todos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Falas outra vez daqui a oito meses!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vá, volta lá para trás!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, para uma intervenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Não são opiniões, e muito menos percepções, são factos. Está comprovado que a utilização abusiva de ecrãs para fins lúdicos, assim como a utilização de redes sociais, jogos e diversas plataformas, tem impactos negativos nas crianças e jovens. São conhecidas as preocupações de pais e da comunidade educativa e científica, que acompanhamos, que exigem que se intervenha para assegurar o bem-estar das crianças e dos jovens.

O Estado tem a responsabilidade de garantir a todas as crianças e a todos os jovens as condições para o seu desenvolvimento integral, incluindo no plano cognitivo e emocional.

A evidência científica mostra-nos que o elevado número de horas nas redes sociais, em jogos ou em outras plataformas gera dependência e leva muitas vezes ao isolamento social, mas não só. Estão identificados diversos sintomas na saúde, desde a redução drástica da atividade física à perturbação no sono. Pode ter consequências no comportamento, nomeadamente maior agressividade, depressão e ansiedade, e pode também ter consequências a nível cognitivo, em particular na concentração e memorização ou na linguagem.

Há riscos na *internet* que não podem ser escamoteados, desde a exposição à violência e a conteúdos desadequados e discriminatórios que estimulam o ódio, o racismo, a perigos do foro criminal, como a perseguição, o abuso sexual de menores e a pedofilia.

As redes sociais e diversas plataformas têm sido instrumentos de desinformação, de propagação de conceções antidemocráticas contra direitos e, muitas vezes, de propagação de conteúdos íntimos com o objetivo de humilhar e minorizar, cujos impactos são extremamente preocupantes numa sociedade que queremos que seja de direitos, de igualdade, sem discriminações, de solidariedade e de tolerância.

O PSD traz a debate uma iniciativa legislativa com um objetivo meritório. É verdade que intervir nesta matéria tem-se revelado complexo.

Acompanhamos a preocupação e a necessidade de uma intervenção concreta para proteger as crianças e os jovens e para garantir o seu crescimento saudável, no entanto, esta iniciativa suscita-nos algumas reservas. Desde logo, é necessário assegurar a privacidade e a proteção dos dados pessoais, há que prevenir que as multinacionais e as gigantes tecnológicas não tenham acesso aos dados pessoais, muito menos de menores.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

A proposta abrange um conjunto de redes sociais, mas, aparentemente, deixa de fora serviços de comunicações interpessoais ou *chats* de jogos digitais, exatamente onde tem proliferado a partilha de imagens íntimas, de pornografia ou de radicalização de crianças e jovens. Ainda no mês passado, a Polícia Judiciária lançou uma campanha *online* que aborda o fenómeno da radicalização das crianças e jovens.

Suscita-nos também dúvidas quanto à fiscalização e eficácia do que é proposto, enquanto deixa na mão das multinacionais o controlo do acesso e de garantia de conteúdo seguro para as crianças, as mesmas multinacionais que permitem a difusão de conteúdos desadequados e perigosos. Como é que o Estado vai fiscalizar o cumprimento dos procedimentos em discussão? A ANACOM ou a Comissão Nacional de Proteção de Dados dificilmente terão condições para o fazer.

Alargar o consentimento dos 13 para os 16 anos é positivo, mas não podemos deixar de assinalar a contradição e o retrocesso com a possibilidade de...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Retrocesso?...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É a contradição da Venezuela!...

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, desculpe interromper, mas está muito ruído na Sala. Peço a todos, porque está uma Sr.<sup>a</sup> Deputada a intervir, que criem condições para a Sr.<sup>a</sup> Deputada poder prosseguir.

Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Estava a dizer que não podemos deixar de assinalar a contradição e o retrocesso com a possibilidade de reduzir a idade de acesso a plataformas de apostas que hoje estão proibidas para menores de 18 anos. É que esta proposta em discussão abrange também essas plataformas.

Também não nos parece adequada a definição, para este efeito, de todos os indivíduos com menos de 16 anos como crianças. É redutor e não reflete a complexidade do desenvolvimento adolescente. A adolescência é uma fase heterogénea, com diferenças marcadas entre um jovem de 16 anos e outro de 15 anos, em termos de maturidade cognitiva, social e emocional.

Estes são alguns aspetos que exigem maior ponderação para encontrar as soluções mais adequadas. Regular algoritmos pode ajudar, mas não substitui a necessidade de uma intervenção mais abrangente, que combata conceções retrógradas e reacionárias.

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

A ansiedade juvenil, o isolamento, a dependência digital ou a maior vulnerabilidade não resulta apenas dos ecrãs e da *internet*; resulta também da normalização da violência, da mercantilização, de excessiva sexualização e objetificação do corpo, da pressão social, da precariedade e instabilidade da vida das famílias, da degradação das suas condições económicas e sociais e da falta de tempo das famílias para viver, de tempo para que os pais estejam com os seus filhos.

É preciso mais pedagogia, envolver as crianças, os jovens e os pais na discussão sobre os riscos e perigos da *internet* e sobre a sua utilização responsável. A abordagem, exclusivamente proibitiva, deixa de fora a necessidade de tomar medidas para a educação e formação integral das crianças e jovens; a necessidade de lhes dar instrumentos e ferramentas que não só estimulem o seu espírito crítico, mas que também as preparem para se defenderem da desinformação, para estarem alerta em relação aos perigos e para rejeitarem e evitarem comportamentos aditivos.

Ora, é aqui que o Estado tem um papel determinante de que não se pode desresponsabilizar.

Não nos opoemos a esta iniciativa, mas entendemos que há diversos aspetos cuja discussão deve ser aprofundada, as soluções devidamente ponderadas, ouvindo pais, professores, educadores, especialistas, investigadores. Não se pode adiar a discussão, mas também não se podem tomar decisões sem assegurar a sua eficácia, sob pena não se resolver nenhum problema.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O controlo democrático das grandes plataformas é um desafio fundamental com que nos confrontamos,...

O Sr. **Jorge Manuel Teixeira** (IL): — Eh...! Eh...!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — ... ao qual é preciso dar uma resposta e essa resposta começa, finalmente, a ser dada pelos Estados e pela União Europeia. Saudamos esse caminho.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Eh...! Eh...!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Não gostam de democracia, Srs. Deputados?

*Risos dos Deputados da IL Jorge Miguel Teixeira e do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

Durante demasiado tempo, o espaço digital cresceu como um território sem equivalente democrático, apesar de hoje ser uma parte central da nossa vida coletiva e, hoje, o debate público, o acesso à informação, a participação cívica e até as relações sociais acontecem cada vez mais em ambientes digitais dominados por um número reduzido de plataformas privadas.

Estas empresas definem algoritmos, condicionam visibilidades, influenciam comportamentos e moldam o próprio funcionamento do espaço público sem o escrutínio que exigimos a qualquer outro poder com impacto semelhante.

*Aplausos do L.*

Recuperar o controlo democrático deste espaço não é travar a inovação, é garantir que a tecnologia serve a sociedade, respeita direitos fundamentais e se submete às regras do Estado de direito.

A proteção das crianças e jovens mostra bem a urgência dessa intervenção. É uma responsabilidade coletiva,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O quê? Responsabilidade coletiva?

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — ... que devemos assumir no mundo físico e no mundo digital.

Proteger não é apenas evitar riscos imediatos, é garantir condições para um desenvolvimento saudável, com acesso ao conhecimento, à participação e ao pensamento crítico.

O acesso de menores às redes sociais deixou de ser apenas uma questão tecnológica, tornou-se uma questão de saúde pública. A evidência tem mostrado impactos na saúde mental devidos à exposição a conteúdos violentos ou de ódio e de mecanismos de utilização excessiva, induzidos por *designs* pensados para maximizar tempo *online*, porque esse tempo é convertido em lucro.

Não podemos aceitar que modelos de negócio assentes na exploração da atenção, incluindo a das nossas crianças, continuem sem responsabilização.

A Carta Portuguesa dos Direitos Humanos na Era Digital afirma o direito a ambientes digitais seguros e inclusivos, mas também o direito à proteção contra a desinformação, a discriminação e o ódio, reconhecendo às crianças uma proteção reforçada no ciberespaço, o que exige regras, supervisão e responsabilidade efetiva das plataformas.

Discutir a limitação de acesso a redes sociais para menores de 16 anos é, por isso, legítimo. A convergência internacional que temos observado mostra que as democracias estão, finalmente, a acordar e a assumir que este é um problema estrutural e não um problema individual.

No entanto, a iniciativa do PSD levanta-nos várias questões relevantes, sobretudo quanto à privacidade, à recolha e à eventual partilha de dados pessoais associados aos sistemas de verificação da idade. Quem verifica? Que dados são recolhidos? Como são armazenados? Quem pode aceder-lhes? Como garantir que não são reutilizados para outros fins? É que não podemos criar mecanismos de proteção que introduzam novos riscos ou formas de vigilância.

Esperamos, por isso, que o PSD tenha abertura para uma discussão aprofundada na especialidade que permita encontrar soluções eficazes, proporcionais e plenamente respeitadoras dos direitos fundamentais, porque recuperar o controlo democrático do digital não é sinónimo de proibir;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah, pois, não que não é!...

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — ... é regular com inteligência, é exigir transparência algorítmica, é limitar práticas manipulativas, é garantir que não há violação da privacidade dos utilizadores, é responsabilizar quem lucra com riscos sociais, é promover tecnologias orientadas para o bem-estar e não para a dependência; e tem também de ser investir seriamente em literacia digital, envolvendo escolas, famílias e comunidades, capacitando cidadãos, sobretudo os mais jovens, para compreenderem e navegarem este novo ambiente informacional.

Mas não podemos esquecer o essencial: nenhuma lei pode desresponsabilizar as empresas tecnológicas. Quem desenha sistemas que amplificam desinformação, polarização ou comportamentos aditivos tem de responder pelos impactos que cria.

O espaço digital é hoje parte do nosso espaço público e o espaço público, numa democracia, tem de obedecer a regras democráticas. Saudamos, por isso, o momento em que os Estados e a União Europeia começam a afirmar essa responsabilidade. Regular o digital é proteger direitos, é proteger as crianças e é proteger a própria democracia.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Ricardo Reis, a quem dou a palavra.

O Sr. **Ricardo Reis** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gonçalves, não me admiro que o Livre venha a viabilizar esta proposta, pois esta proposta acaba mesmo por representar tudo aquilo que o Livre sempre defendeu, mesmo que encapotado de boas intenções.

**Vozes do CH**: — Ora bem!

O Sr. **Ricardo Reis** (CH): — Em primeiro lugar, a censura. O objetivo deste projeto é simplesmente, de um lado, impedir que as crianças tenham acesso livre à informação e que tenham apenas acesso àquilo que vos interessa que tenham.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Demagogia!...

O Sr. **Ricardo Reis** (CH): — Você chamou-lhe o quê? Controlo democrático?...

*Risos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.*

Talvez a única expressão no seu discurso que não foi do *chatgpt*.

*Aplausos do CH.*

Em segundo lugar, o ataque à liberdade e aos direitos, porque os direitos à reserva da vida privada e familiar, o direito das famílias a educarem os seus filhos e a organizarem de forma livre aquilo que são as dinâmicas familiares, são violadas com este projeto, tal como o Livre sempre quis fazer.

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Reis** (CH): — E, em terceiro lugar, é a abertura da caixa de Pandora digital, ao fornecermos dados que só damos através da chave móvel digital, por exemplo, à entidade tributária, e que, neste momento, vamos dar ao *Facebook*, à *Meta* e sabe-se lá mais o quê... Está montado o estalinismo digital, está o Livre todo contente e dizem que é para proteger os jovens.

*Aplausos do CH.*

Ora, a Sr.<sup>a</sup> Deputada, talvez por uma questão de geração, da mesma forma como muitos outros Deputados de outros partidos falaram, percebe pouco de *internet*.

Ora, então aqueles jovens que ali estão, nas galerias,...

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Que atrevimento!

O Sr. **Ricardo Reis** (CH): — ... podem vir dizer que basta uma VPN, como já foi aqui referido, que basta utilizar dados de outra pessoa, ou que, simplesmente, basta migrar para plataformas e ambientes não controlados, deixando as crianças desprotegidas, como tem acontecido na Austrália e no Reino Unido. Ora, este projeto fantástico está derrotado à nascença.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Reis** (CH): — E, a menos que haja aqui alguma coisa que falhe, não há dúvida absolutamente nenhuma: esta coligação antifamília,...

**Vozes de Deputados do PSD:** — Tem vergonha!

O Sr. **Ricardo Reis** (CH): — ... esta coligação Livre/PS/PSD antifamília,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É tudo aí!...

*O orador apontou para as bancadas do PSD, do PS e do L.*

O Sr. **Ricardo Reis** (CH): — ... o que procura aqui é, devido a medos políticos, a uma ânsia de censura e de controlo, tentar limitar o livre acesso e tirar os direitos às famílias de educarem os seus próprios filhos.

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — É verdade! É verdade!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Ricardo Reis** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, de forma muito rápida, pergunto-lhe: vai ter aqui a humildade, ao menos, de assumir que o propósito pelo qual vão aprovar esta proposta é, simplesmente, por medo político e por quererem atacar as famílias portuguesas?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas o que é isto?!...

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gonçalves.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ricardo Reis, acho que o Sr. Deputado não ouviu bem a minha intervenção,...

O Sr. **Ricardo Reis** (CH): — Ouvi! Ouvi!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — ... mas, olhe, vindo do partido que defende os três Salazares,...

**Vozes do CH**: — Oh!...

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — ... compreendemos o «não» a essa acusação de censura.

*Aplausos do L.*

Por outro lado, vindo também do partido que mais promove a desinformação e que mais usa as redes sociais para polarizar, estamos conversados — não é o Livre.

*Aplausos do L.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Estás a insinuar o quê?...

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Andreia Neto.

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quem tem filhos sabe bem que há preocupações que não cabem apenas nos relatórios ou nas estatísticas; sentem-se no dia a dia, nas conversas em casa, nas dúvidas que partilhamos com outros pais. E é precisamente com esse sentido de responsabilidade, sereno, mas firme, que hoje falamos da presença das crianças no mundo digital.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — Enquanto mãe, olho para esta realidade com uma preocupação muito concreta e profundamente humana. Vejo como as redes sociais fazem hoje parte natural da vida dos nossos filhos, das suas relações e até da forma como constroem a sua autoestima e a sua própria identidade.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — Sabemos hoje que os jovens, pela fase de desenvolvimento em que se encontram, são particularmente vulneráveis a certos conteúdos digitais. A pressão da comparação social, a construção, ainda em curso, da sua autoestima, a exposição a padrões irrealistas ou a conteúdos que normalizam comportamentos de risco, podem influenciar a forma como pensam, como se veem e como se relacionam com os outros.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, reconheço o potencial positivo do mundo digital, mas sinto — sinto mesmo, como todos os pais sentem —, uma enorme responsabilidade de garantir que esse contacto aconteça com equilíbrio, com maturidade e com o devido acompanhamento.

*Aplausos do PSD.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, quero deixar muito claro que não falo a partir de um medo da tecnologia, nem sequer da rejeição ao progresso.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Isso mesmo!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — A tecnologia trouxe, efetivamente, oportunidades extraordinárias e continuará, seguramente, a fazer parte da vida dos nossos filhos. Mas, falar de sensatez sobre os impactos não é resistência ao futuro, é responsabilidade, e fechar os olhos a uma realidade nunca foi, nem nunca será, uma boa política pública.

*Aplausos do PSD.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, durante muito tempo — eu sou desse tempo —, a socialização das crianças acontecia sobretudo na rua, nas brincadeiras presenciais, no contacto direto com amigos e vizinhos. Hoje, muitas dessas interações passaram para o espaço digital. O digital pode complementar essas relações, mas não pode substituir, não deve substituir aquilo que é essencial ao desenvolvimento saudável das crianças, o contacto humano, a convivência e a experiência partilhada.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — E nós, enquanto legisladores, não podemos continuar a tratar esta realidade como se fosse apenas uma questão privada, deixada exclusivamente às famílias. O ambiente digital é, efetivamente, complexo para que os pais enfrentem sozinhos plataformas globais desenhadas para captar a atenção, para prolongar o seu tempo de uso e explorar vulnerabilidades.

É precisamente por isso, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, que o projeto de lei que o PSD apresentou não parte de uma lógica de proibição, parte de uma lógica de proteção equilibrada, com a definição de um padrão claro,...

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — ... uma idade mínima para o acesso autónomo a determinados serviços digitais, acompanhada da possibilidade do respetivo consentimento parental, e também de mecanismos fiáveis de verificação de idade, e de configurações seguras, por defeito, nas contas das crianças.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não pretendemos afastar os jovens do digital, mas antes que sejam capazes de o dominar, em vez de serem dominados por ele.

*Aplausos do PSD.*

É verdade que não estamos sozinhos neste debate. Vários países já avançaram com soluções semelhantes...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — São países de esquerda! São países socialistas!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — ... e o próprio Parlamento Europeu apontou também no sentido de uma maior proteção dos menores em linha, incluindo a definição de limites etários claros. Portugal não pode continuar a adiar uma proposta que é exigida pela realidade e pelas famílias.

*Aplausos de Deputados do PSD.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, em suma, estamos apenas a tentar garantir que os nossos filhos cresçam num mundo digital onde a liberdade existe, mas onde a proteção não falha. É isso que as famílias esperam de nós e é isso que, com sensatez, hoje o PSD procura assegurar.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem dois pedidos de esclarecimento. Como é que pretende responder?

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — Em conjunto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Andreia Neto, o PSD já assumiu aqui que pretende a verificação obrigatória da idade através de identificação digital.

Portanto, sejamos claros, não estamos a falar apenas de proteger menores, estamos a falar de tornar a identificação digital uma condição de acesso ao espaço público *online*. Isto não é um detalhe técnico, é uma mudança estrutural na forma como os cidadãos interagem e acedem a estas plataformas.

Sempre que o Estado cria uma infraestrutura de controlo, invoca boas intenções, só que esses controlos nunca desaparecem, expandem-se sempre cada vez mais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Dizem que é para proteger crianças, no entanto, a proposta refere que as plataformas passam a ser obrigadas a eliminar mensagens de desinformação e conteúdos falsos, e eu pergunto quem é que define o que é falso.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Vocês é só *fake news*!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — É que nos últimos anos, Sr.<sup>a</sup> Deputada, assistimos a posições que foram rotuladas como desinformação, tornarem-se matérias de debate legítimo, desde a pandemia às consequências da vacinação em massa, sem esquecer a perversidade das elites que os ficheiros Epstein têm vindo a revelar, mas que muitos já denunciavam há muito tempo e eram chamados de desinformadores, negacionistas e teóricos da conspiração.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Exato!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Que fique claro, o Chega defende a proteção de menores no espaço digital e o nosso programa eleitoral de 2025...

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não está lá nada! Zero!...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — ... já o afirmava no capítulo da família, que é aquela que deve ser a responsável máxima pelas decisões que afetam os menores.

*Aplausos do CH.*

À data, trazíamos propostas como perfis privados por defeito, limitação da partilha de localização e responsabilização efetiva das plataformas, pelos conteúdos obscenos a que os menores acedem, mas a linha vermelha do Chega é a obrigatoriedade da apresentação de documentos e dados pessoais a plataformas digitais e não aceitamos que se usem as crianças como pretexto para consolidar uma arquitetura de controlo digital.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

*Protestos do Deputado do PSD Cristóvão Norte.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — É preciso defender os menores, proteger os menores da ideologia de género, da doutrinação das escolas, daquilo que é transmitido indevidamente na RTP2 (Rádio Televisão de Portugal), da violência doméstica, da mutilação genital feminina, dos casamentos forçados, dos abusadores sexuais, que a justiça teima em deixar à solta.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Então, não façam nada!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — E a pergunta que fica é: por que não começar por tudo isto em vez de impor a censura digital?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Andreia Neto, muitos querem fazer deste um debate eminentemente ideológico e que procura opor aqueles que defendem a liberdade daqueles que defendem outra coisa que não é liberdade.

Mas nós sabemos que para que este debate seja aquilo que deve ser, um debate sobre a proteção das crianças no espaço *online*, ele tem de se basear em evidências,...

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — ... porque, senão, ajudamos quem quer fazer deste um debate meramente ideológico e em torno de falsas oposições.

Falsas oposições, por exemplo, entre a responsabilidade da família e a responsabilidade da sociedade, onde se inclui a responsabilidade do Estado; falsas oposições entre quem quer olhar para a prevenção e quem só quer olhar para o tratamento das dimensões aditivas, que sabemos que as redes sociais têm; falsas oposições, por exemplo, entre quem quer opor a literacia à regulação, como se só pudéssemos fazer uma ou outra coisa...

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — ... e não pudéssemos, não tivéssemos o dever cívico, político e também moral de fazer as duas coisas.

*Aplausos do PS.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada, o projeto do PSD cita vários estudos internacionais, mas uma das dimensões que me parece que era muito necessária para informar e melhorar este debate era podermos ter dados concretos

sobre a realidade portuguesa. Foi também por isso que, em 2023, quando se alteraram as funções do SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências), o organismo que trata das questões aditivas e das dependências, se alterou o seu objeto para que, além dos consumos, estivessem outro tipo de comportamentos que sabemos que são aditivos.

O SICAD tem essa responsabilidade já há mais de dois anos e é também o momento de perguntarmos o que é que já foi feito e como é que o PSD está disponível para incorporar todas as dimensões, que são seríssimas, relacionadas com as dependências criadas pela utilização de redes sociais e pelas dimensões de saúde mental neste projeto e nestas políticas.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Andreia Neto, tem 3 minutos para responder a este conjunto de perguntas.

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — Sr. Presidente, vou agradecer as questões que me colocaram num debate tão sério, tão importante e tão preocupante.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva, quero dizer-lhe, como já foi transmitido no início deste debate, que existe, da bancada parlamentar do PSD, abertura total para podermos — aliás, a apresentação desta iniciativa legislativa é, efetivamente, o pontapé de saída —, a partir de agora, em conjunto, construir a melhor solução. Naturalmente, sempre tendo em vista a proteção das crianças, que é o nosso propósito.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — Quanto à Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias, se quiser, se a sua bancada pretender contribuir para que o debate seja um debate sério, um debate sereno, um debate firme, com sensatez, um debate preocupante e esclarecido, são muito bem-vindos a este debate para que possamos, em conjunto, construir a melhor lei para a proteção das nossas crianças,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Se quiserem um debate *fake*, não contém connosco!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Bernardo** (PSD): — ... mas para que possamos também, e sobretudo, ajudar as famílias portuguesas.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, como já tive oportunidade de referir, eu sou mãe, sou mãe de adolescentes...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Está a falar para quem não tem filhos!

*Protestos da Deputada do CH Rita Matias.*

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Isso não quer dizer nada!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — ... e tenho bem a noção da realidade, convivo com ela, convivo com esta realidade todos os dias, mas se quiser um combate *fake*, não estamos aqui para isso.

*Aplausos do PSD.*

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.*

O Sr. **Presidente**: — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Chega. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cardoso, até 9 minutos e 58 segundos, para o efeito.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A infância e a adolescência são das fases mais importantes na construção e na identidade dos indivíduos.

Muda-se a forma como vemos o mundo, há alterações na cognição, no corpo humano, na descoberta das relações sociais. Nunca foi fácil ser-se adolescente, por isso é que a famosa canção do Rui Veloso, *Não Há Estrelas no Céu*, diz que: *a primavera da vida é bonita de viver/tão depressa o sol brilha como a seguir está a chover*.

*Risos de Deputados do PS e do L.*

É esta inconstância, esta intensidade na vivência das emoções que caracteriza esta fase da vida, que é a da adolescência. É óbvio, é evidente, que as redes sociais vieram hiperbolizar todas estas dimensões e, sobretudo, acelerar os processos de desenvolvimento humano.

A questão que se coloca é se o caminho para enfrentarmos estas questões deve ser o da proibição do acesso ao mundo digital ou o da educação, da responsabilização dos indivíduos e da aprendizagem da autorregulação.

O Chega acredita que o Estado não pode impor-se à sociedade, que o legislador não pode dizer aos jovens para declararem guerra à tecnologia e às redes sociais, quando esta é uma realidade que fará parte da sua vida adulta. O caminho da proibição, do policiamento, da verificação compulsiva de identidades não pode, jamais, ser o caminho tomado por uma sociedade aberta, livre e plural, até porque «o fruto proibido é sempre o mais apetecido».

*Aplausos do CH.*

Do que é que nos vale dizer a um jovem «não podes ver isto», «não podes fazer aquilo», «não podes aceder àquele site», se depois não só existem formas de contornar estas restrições, como, quando atingir aquilo que o PSD designa no seu projeto como maioria digital, vai poder fazer tudo, já sem controlo e sem supervisão? Vai fazê-lo de forma desregrada, sem conhecimento e, sobretudo, sem ter adquirido a capacidade da responsabilidade e da autorregulação.

O caminho que devemos seguir é o da mediação parental. Devem ser os pais a definir estratégias para regular a utilização de dispositivos tecnológicos dentro do seu meio familiar. Deve ser cada família, quem melhor conhece a sua realidade, a fazer este exercício e não o Estado a impor taxativamente.

É essa a tónica que deve toldar a nossa ação. Queremos capacitar as novas gerações com as competências que lhes permitam, na vida adulta, ser cidadãos livres, críticos, conscientes e participativos.

Nunca aceitaremos uma sociedade marcada pela restrição, pela proibição e pela censura, nem tão-pouco aceitaremos a infantilização dos adultos de amanhã.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que dispõe de 16 minutos e 38 segundos. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sofia Pereira.

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Imaginemos uma criança portuguesa de 13 anos...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Rapariga?!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — ... em casa, no seu quarto, com os seus pais ou com os seus tutores. Portanto, em segurança, imaginamos.

Essa é, contudo, uma segurança, aos dias de hoje, apenas aparente, porque grande parte do seu tempo de socialização, o lugar onde essa criança realmente está já não é só no espaço físico.

Está no seu quarto, está mais imersa, durante largas horas do seu dia, no seu telemóvel, no seu computador, num espaço digital que nós não conseguimos ver. Não sabemos que partes desse ecrã percorre, não sabemos que critérios determinam o que lhe aparece, não sabemos que publicidade lhe é dirigida.

Se estas mesmas incertezas existissem no espaço físico, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, se não soubéssemos quem fala com as nossas crianças, quem lhes distribui mensagens, quem define o ambiente onde socializam, já teríamos agido há muito tempo.

O problema não é, nem nunca foi, a evolução da tecnologia; é, sim, a opacidade com que ela é organizada para reter a atenção. Isso limita a transparência. E se é pesado para adultos, muito mais o é para os menores, e é da saúde mental das crianças e dos jovens que nós também estamos a falar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Paternalismo!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a socialização dos jovens e das crianças mudou drasticamente na última década; a sua validação deixou de ser feita predominantemente de forma comunitária, passou a ser mediada por métricas, por algoritmos que priorizam apenas e só os conteúdos.

Estamos perante uma transformação profunda do espaço onde as crianças se encontram, onde as crianças interagem e o Estado sempre regulou riscos que estão associados à vulnerabilidade da infância e da juventude: regula brinquedos, regula a publicidade infantil, regula o álcool, regula o tabaco, porque regula as vulnerabilidades das crianças, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Levar este debate a sério, pela sua sensibilidade, exige rigor na identificação do problema e na forma como distribuímos estas responsabilidades e, à luz desta exigência, devemos avaliar esta proposta em discussão.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Alguém tão novo e com uma visão tão velha!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — O projeto de lei apresentado pelo PSD estabelece, por exemplo, a proibição do acesso às redes sociais para menores de 16 anos, admitindo a utilização entre os 13 e os 16 mediante autorização parental e prevê um sistema de verificação etária assente na chave móvel digital ou semelhante.

Ora, este modelo levanta duas questões fundamentais.

A primeira é a desigualdade. Nem todas as famílias têm o mesmo tempo ou a mesma literacia digital, os mesmos recursos. Transferir o principal ónus da responsabilidade para os pais...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Transferir para os pais, não é dos pais!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — ... significa criar um sistema em que quem tem mais capacidade acompanha e quem tem menos fica sozinho perante modelos que não conhece e algoritmos que não sabe compreender.

*Aplausos do PS.*

A segunda questão é a verificação da idade. A verificação etária através de um mecanismo estatal levanta um problema. O Estado tem o dever de proteger os menores, mas não pode assumir uma função de intermediação direta na vida privada digital dos cidadãos.

Há uma diferença fundamental entre regular os riscos estruturais e passar a validar o acesso individual a espaços de relação. Se deslocarmos o centro da regulação do mecanismo estatal de autenticação, corremos o risco de criar um precedente difícil de reverter, em que o Estado deixa de ser um garante das regras que são aplicadas e cumpridas e passa a ser parte ativa da filtragem e acesso à esfera íntima digital.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, se queremos proteger verdadeiramente os menores, temos de agir onde é devido, seja no *design* das plataformas, nos mecanismos de recomendação, nos padrões que incentivam o uso compulsivo.

Hoje — aqui e hoje, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados — podemos limitar a utilização por crianças destas mesmas plataformas, mas que não seja o Estado o porteiro digital dos cidadãos.

A praça pública das nossas crianças mudou. A responsabilidade pública não pode, por isso mesmo, diminuir. Assim, o Partido Socialista viabilizará este diploma na generalidade porque reconhece a necessidade de agir nesta temática.

Na especialidade trabalhará — e vamos mesmo trabalhar — para que a resposta seja justa, para que devolva às pessoas, para que devolva aos cidadãos o controlo dos espaços de socialização onde estão e para que responsabilize também as plataformas pelos conteúdos nocivos nas redes sociais, sobretudo dirigidos às crianças e aos jovens.

*Aplausos do PS.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a criança de 13 anos com que começámos esta intervenção não precisa apenas de um Estado mais vigilante,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Disso é que não precisa, de certeza!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — ... mas também não pode ficar exposta aos modelos de negócio que exploram as suas vulnerabilidades.

As nossas crianças e jovens não podem ficar presas em sistemas feitos para reter a sua atenção, custe o que custar, não podem estar expostas a espaços de socialização que promovem a adição, a polarização e, sobretudo, e cada vez mais, o ressentimento umas com as outras.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é a JS (Juventude Socialista)!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — As plataformas têm de ser responsáveis. As crianças portuguesas não são um produto e têm de ser protegidas. E nós temos essa responsabilidade.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem dois pedidos de esclarecimento. Questiono se responde um a um ou aos dois em conjunto.

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — Aos dois em conjunto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O primeiro pedido de esclarecimento vai ser do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, da Sr.<sup>a</sup> Deputada Marta Silva, que tem até 2 minutos para o efeito.

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Patrícia Silva** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, esta bancada já foi clara ao reconhecer o efeito nefasto da utilização abusiva das redes sociais por parte de menores. E para que este debate seja sério, importa, sim, reconhecer o aumento dos casos de ansiedade, do *cyberbullying* e até da perda de capacidades cognitivas. Acreditem, não olhamos para este problema com ligeireza.

Contudo, importa dizer que, partindo desta premissa, não pode esta Câmara instrumentalizar crianças, explorar fragilidades e apelar à emoção dos pais para implementar um modelo de vigilância massiva sobre todos os cidadãos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Cardoso** (PSD): — Já estão!

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Patrícia Silva** (IL): — Srs. Deputados, imaginem este poder em mãos erradas. Imaginem o poder que estão hoje a conceder a qualquer Governo autoritário no futuro.

Dirigindo-me à Deputada Sofia Pereira e à restante bancada do PS, que tantas vezes bate com os cravos no peito e se autoproclama como guardião máximo da Constituição, este mesmo PS que ainda por estes dias rasgava as vestes em nome da liberdade da sátira política, defendendo, e bem, o anonimato como arma contra o abuso do poder, como refúgio da liberdade de expressão e da coragem de discordar sem medo de represálias, permitam-me fazer uma pergunta: quer hoje, o PS, assumir perante todo o País a sua simpatia por sistemas de vigilância de todos os cidadãos, como prevê o artigo 12.º, típicos de regimes autoritários, numa

clara violação do artigo 34.º da nossa Constituição? Quer assumir que deixou de confiar nos portugueses e passou a usar como tática política a instrumentalização das emoções?

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o peso das nossas decisões não se mede apenas hoje, mas projeta-se no futuro, e perante desafios extraordinários exigem-se líderes igualmente extraordinários. Não basta encher o peito com proclamações, é necessária firmeza, é necessária intransigência e é necessário repúdio a uma proposta que ataca diretamente a nossa democracia.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Também para um pedido de esclarecimento de até 2 minutos, por parte do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Madalena Cordeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Sofia, sem rodeios: este debate não passa de uma instrumentalização das nossas crianças.

Querem verdadeiramente defender as nossas crianças e jovens? Acabem com o lixo ideológico nas escolas. Querem verdadeiramente defender as nossas crianças e jovens? Acabem com o lixo ideológico no canal público.

*Aplausos do CH.*

Querem verdadeiramente defender as nossas crianças e jovens? Parem de financiar as suas mutilações através de transições sexuais que tanto as prejudicam a nível físico, psicológico e emocional.

*Protestos da Deputada do L Filipa Pinto.*

Isso, sim, seria proteger as nossas crianças, não é este projeto que pretende retirar liberdade mascarado de boas intenções. Porque é sempre assim: sempre que o sistema tenta limitar a liberdade dos cidadãos, embrulha as suas decisões numa capa moral bonita e fofinha, fala de proteção, fala de segurança e espera que ninguém se aperceba verdadeiramente do que está em causa. Mas o Chega apercebeu-se porque, ao contrário das restantes bancadas parlamentares, não andamos aqui a dormir.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que nesta Casa existam partidos que convivem bem com a censura, nós já sabemos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Três salazares!...

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Aliás, as bancadas da esquerda há muito tempo que mostram o apreço que têm pela ditadura do pensamento único. Mas em que País nos tornamos quando deixamos que seja o Estado a decidir o que podem ver, dizer ou partilhar os nossos jovens? Em que País nos tornamos quando permitimos que as redes sociais procedam à recolha de dados pessoais e sensíveis?

*Protestos do BE.*

É nesta hora que vamos perceber quem acredita verdadeiramente em famílias livres e quem quer ou acha que o Estado deve tratar os pais como incapazes e as crianças como propriedade.

Srs. Deputados, fica aqui a dica: os riscos da sociedade raramente se resolvem com maior controlo estatal.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Raramente? Nunca!

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Da nossa parte, estaremos cá para defender famílias fortes, pais presentes, escolas que formem e, acima de tudo, um Estado que respeite a liberdade e não se lhe queira substituir.

Resta perguntar se o Partido Socialista, pela primeira vez na vida, terá coragem de votar ao lado da liberdade ou se vão votar ao lado da censura, como sempre.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder a estes dois pedidos de esclarecimento, para os quais tem até 3 minutos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sofia Pereira.

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada da Iniciativa Liberal, permita-me dizer-lhe que, a propósito de explorar emoções das crianças e das famílias, certamente terá feito o pedido de esclarecimento ao lado errado, certamente que terá sido ali para a bancada mais ao seu lado, porque, de facto, são mesmo eles que o fazem.

*Protestos da IL e do CDS-PP.*

Mas quero dizer-lhe que, no que diz respeito à liberdade, queremos mesmo é que as gerações tenham liberdade para crescer e que possam crescer sem que estejam sistematicamente a ser consumidas pelos algoritmos que, sim, são opacos.

É a saúde mental destes jovens que está em causa, é disso que se trata. Temos de ser responsáveis pelos jovens que todos os dias, nós sabemos, estão afogados nestas redes sociais, e os pais, que estão cansados porque trabalham o dia todo, não têm de ter a responsabilidade única.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Tirem-lhes os telemóveis!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — O Estado tem responsabilidade. Mas também não está nenhuma vigilância massiva descrita neste projeto,...

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Artigo 12.º!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — ... mas também estamos disponíveis para reforçar a intervenção, se isso de facto se verificar.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada do Chega, Deputada Margarida...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Madalena! És melhor do que isso! Ridícula!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — Madalena, peço desculpa.

As intervenções da Deputada Madalena e do Deputado Pedro Frazão provam uma coisa muito clara: de facto, passar muito tempo nas redes sociais faz mesmo muito mal.

*Aplausos do PS.*

Porque o partido que atenta sistematicamente contra a liberdade individual de cada um, que atenta também contra as crianças... Mas vocês ao menos são coerentes. Que um partido que promove *fake news*, que promove o ódio e promove a discórdia não queira regular isto nas redes sociais, não queira regular o espaço digital, é coerente Srs. Deputados.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do CH.*

Vocês são absolutamente coerentes nisso, estão de acordo.

Portanto, quero dizer que o Partido Socialista continua a ser um partido da liberdade, sim:...

**Vozes do CH:** — Oh!...

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — ... a liberdade de esta geração poder crescer, de podermos ser responsáveis por aqueles que hoje precisam de nós, precisam que nós garantamos, também nesta dimensão, como em muitas outras ao longo do tempo, uma infância e uma juventude que possa, de facto, não crescer inundada pelo ódio,...

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — O vosso ódio!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — ... pelas *fake news*, pelo *bullying*, pela vitimização, muitas vezes, sobretudo, de jovens raparigas, e somos um partido que preza a liberdade.

Nós não queremos três salazares, Sr.<sup>a</sup> Deputada, nós queremos é uma liberdade que já se construiu há 50 anos e com a qual vocês têm mesmo muita dificuldade em lidar.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — A vossa liberdade não interessa!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Antes de dar a palavra ao próximo grupo parlamentar para uma intervenção, tem a palavra, para uma interpelação à Mesa, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, queremos solicitar os bons ofícios da Mesa para a distribuição de uma notícia, de 2 de maio de 2025, que diz que o PS pagou 40 000 € para criar perfis falsos nas redes sociais.

*Aplausos do CH.*

Aqui tem, Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Pereira!

*Protestos do PS e contraprotestos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, é fazer chegar a informação, que será distribuída pelas restantes bancadas.

Vamos passar à próxima intervenção, que é do Grupo Parlamentar do CDS-PP, que terá até...

*Continuação de protestos do PS e contraprotestos do CH.*

Srs. Deputados, peço condições para prosseguirmos os trabalhos.

Portanto, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, para a próxima intervenção, e terá até 5 minutos para o efeito.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A exposição às redes sociais, a forma como as crianças e jovens lidam com esse fenómeno e a dificuldade que as famílias têm em lidar com esse mesmo fenómeno são, certamente, problemas que, nas sociedades de hoje, nos colocam desafios, e esses desafios devem ter uma resposta.

É por isso que, em primeiro lugar, devemos conhecer o problema, a sua evidência e saber das limitações que existem, para depois encontrarmos uma resposta. E, na resposta, temos, em primeiro lugar, de pensar como é que, do ponto de vista doutrinário, faz sentido olhar para esta realidade.

Já ouvimos os «filhos do Estado». Os filhos do Estado vieram aqui dizer-nos que os pais são incapazes, as crianças são estúpidas e, portanto, o Estado tem de tomar conta das crianças e desprezar as famílias. Essa é uma visão da esquerda, é uma visão tributária da *República* de Platão, da defesa de que a educação das crianças deve ser coletivizada, porque só assim é que se promove a virtude. A virtude dos Srs. Deputados, já a conhecemos há muitos anos e não queremos ter contacto com ela.

Portanto, quando olhamos para esta matéria, devemos partir do ponto exatamente oposto. Nestas matérias, em primeiro lugar está a pessoa, cada criança e cada família — é de cada criança e de cada família que devemos partir para encontrar a solução —, e está a liberdade, o pensamento de que a limitação vem no fim da linha, porque no princípio da linha vem a liberdade.

Se partirmos da pessoa, se partirmos da liberdade e se tivermos a família como célula fundamental de uma sociedade,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E bem! Deus, Pátria e Família!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... não é à primeira dificuldade desistirmos disto tudo, desistirmos dos princípios que nos fazem sociedades livres, para nos entregarmos nas mãos de um Estado que, além de incompetente, certamente não é eficaz nas soluções.

*Aplausos do CDS-PP e da IL.*

*Protestos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes.*

Portanto, partindo dessa liberdade, devemos pensar: assim, faz ou não faz ainda sentido criar mecanismos para que sejamos mais eficientes? Faz! Faz, desde logo, sentido criar mecanismos regulatórios. Não pode haver uma liberdade absoluta destas plataformas de poderem usar mecanismos que, muitas vezes, são mecanismos que estão à disposição dessas crianças para fazerem o que quiserem.

Mas pergunto também: do ponto de vista da sociedade, ficam os Srs. Deputados tranquilos ao dizerem que as famílias se demitem desta responsabilidade? Mas é o Estado que dá telefones às crianças? Mas é o Estado que dá *smartphones* às crianças, ou são os pais? Então, se os pais dão os telefones numa idade, dão os *smartphones* noutra, acham que depois a responsabilidade é do Estado, não é deles? Então, não têm tempo nem capacidade para outras coisas, mas têm-nos para pôr esses instrumentos e esses meios de acesso a isso tudo na mão das crianças?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E depois demitem-se dessa responsabilidade?! Afinal, como é?

Eu também sou pai: tenho uma filha de 3 anos, tenho uma filha de 10 e tenho um filho de 15. Há regras diferentes para cada um deles. Foram as regras que os pais definiram! Foram as regras que os pais definiram e é sobre essas que somos responsáveis.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nunca será o Estado a dizer a um filho meu o que é que ele pode fazer. Nunca, nunca, nunca!

*Aplausos do CDS-PP, do CH e da IL.*

Portanto, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o que temos de pensar a seguir é se faz sentido fazer alguma coisa exatamente sobre esta regulação, sobre a criminalização.

Sinceramente, devemos olhar também para a realidade comparada, para exemplos de quem já tentou fazer: Reino Unido, fracasso absoluto; Austrália, fracasso em potência. Nem um nem outro conseguiram legislar de maneira que as crianças ficassem mais protegidas — ficaram mais expostas no Reino Unido e ficaram os dados mais vulneráveis na Austrália. É preciso conhecer essa realidade.

*Protestos do Deputado do PS Miguel Cabrita.*

E daqui chegamos à iniciativa que hoje discutimos. A iniciativa que hoje discutimos tem, certamente, dificuldades, mas — e aqui tenho de ser completamente honesto intelectualmente para com o trabalho que nos é apresentado — não nego que há uma intenção de chegar a uma solução que seja uma solução construtiva.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Oh, que chatice!...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E tão errado quanto estar a pôr nas mãos do Estado a educação das crianças é não abrir um debate sério, um debate profundo, um debate informado, partindo de todas estas premissas que aqui apresentei, para chegar a um resultado que possa ser positivo.

Não somos negacionistas e não somos estatistas, portanto, admitimos esse debate e estamos disponíveis para o fazer. Mas sabemos à partida que é de desconfiar dos «filhos do Estado».

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado Porfírio Silva, que dispõe de 8 minutos e 52 segundos para o efeito.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Não, não é proibido proibir.

**Vozes do CH:** — Ah!...

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Especialmente quando falamos da proteção de crianças e jovens, não é proibido proibir. A proibição também pode ser uma forma de o Estado assumir as suas responsabilidades.

*Protestos da Deputada do CH Rita Matias.*

Os poderes públicos, por ação dos reguladores, podem obrigar a retirar publicações *online* com informação incorreta sobre produtos financeiros. Isto é, os poderes públicos podem intervir no domínio digital para proteger o consumidor de produtos financeiros. E não há de os poderes públicos poder intervir no domínio digital para proteger as crianças e os jovens em risco, para proteger a sua integridade, para proteger a sua saúde mental?

Repito: a proibição também pode ser uma forma de o Estado assumir as suas responsabilidades.

Outra coisa bem diferente é que a proibição não é a varinha mágica. A abordagem proibicionista pode ser um vetor de uma solução, mas não é a solução; não é, só por si, a solução.

Um elemento de proibição pode funcionar melhor no contexto de uma comunidade local que regula e modula essa proibição. Dou-vos um exemplo muito concreto e recente: apesar das dificuldades de aplicação, fomos favoráveis à restrição do uso de telemóveis nas escolas. E digo «apesar das dificuldades de aplicação», porque aí há uma comunidade de pessoas concretas, de proximidade, que ajudam a regular essa proibição. É por aí que temos de ir.

Uma proibição geral, servida por definições imprecisas, servida por mecanismos cuja aplicação efetiva é muito duvidosa — aqui temos dúvidas sobre soluções concretas que estão neste projeto apresentado pelo PSD —, esse tipo de proibição geral corre o risco de criar um novo desporto juvenil: contornar a proibição. E isso não vai facilitar a vida das famílias e dos educadores, contrariamente àquilo que pretendem aqueles que

aqui enchem a boca com as famílias, mas depois esquecem as famílias concretas e as dificuldades concretas reais que as famílias têm para implementar essas soluções.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Têm a família!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Precisamos de abordagens positivas: apostar na literacia das crianças, na literacia das famílias, na literacia dos educadores, das comunidades reais de interação humana de proximidade, dentro do espírito «é precisa toda uma aldeia para educar uma criança», mas não permitindo que as *Big Tech* perturbem o trabalho dessa aldeia. É preciso promover mais conhecimento partilhado, abordagens práticas ancoradas em relações reais, entre pessoas reais, para combater a alienação digital. Há bons exemplos na sociedade civil, no associativismo, que trabalham há muitos anos nesta matéria e que esta Assembleia tem de ouvir mais e, com eles, aprender mais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, precisamos de mais do que esta iniciativa, mas não vamos desperdiçar a oportunidade que ela representa.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, até 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente: O mundo conheceu a ascensão da imprensa escrita, da rádio, do cinema, da televisão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Os vossos amigos!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sobre todas essas tecnologias existiram as mais diversas teorias, os mais diversos avisos, mas a democracia conseguiu conciliar-se com todas elas e também conseguiu conciliar-se com a revolução que a *internet* trouxe.

A *internet* hoje é muito diferente. Uns de nós cresceram com o *mIRC*, aprenderam a usar o *Fotolog*. Todas essas plataformas são bastante diferentes das redes sociais que hoje temos, mas a democracia habituou-se a elas, e é por isso que é importante que a democracia aprenda também a encontrar um quadro regulatório, como conseguiu encontrar, para todas as tecnologias.

Não faltaram as críticas quando se regulou a imprensa escrita, a televisão e o cinema. É por isso mesmo que não se compreende porque é que se pretende autorizar aos donos, aos bilionários das grandes plataformas, algo que não se permite aos donos da comunicação social.

Há conteúdos para diferentes idades no cinema, na televisão, na imprensa escrita.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Ai há?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É por isso que é tão importante que este debate seja feito com responsabilidade, com seriedade, evitando a ratoeira do paternalismo, dos porta-vozes daqueles que ganham milhões e milhões de euros com, sim, a recolha de dados de crianças, de jovens e de todos os utilizadores da *internet*, muitas vezes sem o devido quadro regulatório.

Existe aqui, sim, um conflito de direito, que a Ordem dos Advogados identifica muito bem. Teria sido bom se a bancada do PSD tivesse querido fazer este debate, permitindo a todas as bancadas trazer os seus contributos em sede de generalidade, porque a proposta que traz, à qual não nos opomos, tem várias insuficiências e levanta vários conflitos de direito que temos de resolver em sede de especialidade.

Responsabilizar as plataformas, garantir a privacidade, defender a liberdade individual e, acima de tudo, garantir que é a democracia digital que impera e não o faroeste digital.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Por parte do Grupo Parlamentar do Chega, até 5 minutos, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Estava com saudades!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria começar, se me permitir, nesta intervenção final por parte do Grupo Parlamentar do Chega, mesmo sobre este tema, por nos solidarizarmos, a esta hora, com todas as vítimas da catástrofe que tem atingido Portugal nos últimos dias, e também dar, desde o Parlamento, um enorme abraço de solidariedade e força a todas as forças de segurança do Estado, a todas as forças de proteção civil que estão no terreno a lutar ao lado das pessoas.

*Aplausos do CH.*

O Chega não ignora as legítimas preocupações que pais, professores, encarregados de educação — a comunidade — têm sobre as redes sociais. De norte a sul, o País é percorrido por uma mudança de narrativa e de comunicação a que pais e professores, e as próprias crianças e jovens, não são indiferentes. Percebemos, por isso, a legítima dúvida e preocupação daqueles que não querem entregar as crianças e os jovens a um espaço sem quaisquer regras.

Mas sejamos francos: o debate de hoje não é sobre isso. O debate de hoje é sobre dois partidos e um sistema que perderam a luta da narrativa,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... que perderam o controlo da narrativa tal como o tinham há 50 anos, tal como o quiseram manter e impingir aos portugueses. Como a narrativa não prosperou e foi desafiada, não encontram outra regra nem outra função que não seja proibir. Não contarão connosco para proibir.

*Aplausos do CH.*

Disse a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sofia Pereira: «Não podemos submeter os nossos jovens a espaços de socialização perigosa.» Hoje, um jovem com 14 anos pode ser militante da Juventude Socialista...

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

... ou militante da Juventude Social Democrata, mas não o querem no *Instagram*, nem no *TikTok*, nem no *X*, nem em nenhuma outra rede. Querem dar-lhes o lixo que lhes deram durante 50 anos, mas não querem permitir a liberdade de terem a sua própria posição e a sua própria narrativa!

*Aplausos do CH.*

Não havia risco quando eram endoutrinados, de manhã à noite, pela mesma narrativa. Não havia risco quando uma televisão pública, paga pelos contribuintes, dominava, uma e outra vez a narrativa.

*Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Chiu!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quando a perderam, não tiveram mãos a medir: há que proibir, há que prender e há que calar.

*Aplausos de Deputados do CH.*

Os riscos desta proposta são enormes para o País. Só para que tenhamos noção, diz a proposta do PSD que a Autoridade Nacional de Comunicações — leiam bem e ouçam — suspende o acesso de serviços a todo o território nacional.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Diz isso, a proposta, ou estás a mentir?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Cala a boca! Vê lá com quem estás a falar!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não tens educação!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Em nenhum país do mundo seria aceite uma coisa destas: uma autoridade administrativa suspender o serviço em todo o território nacional.

O artigo 12.º desta proposta diz que, nos casos em que se reconheçam conteúdos de que não gostam, bloqueiam a recolha de mensagens em todo o espaço dos prestadores de serviços.

E mais: perguntados sobre o que farão para manter a recolha da...

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Estás a mentir outra vez!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Cala a boca! Vai para a barraca!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados...

*Protestos de Deputados do PS e contraprotestos de Deputados do CH.*

Srs. Deputados, não só não estão a criar condições para que o orador possa fazer a sua intervenção, como também não estão a criar condições para que quem quer ouvir possa ouvir e estão a complicar a vida aos nossos técnicos, que passam a vida a ter de parar o tempo para evitarem reclamações justas de quem perde tempo com as interrupções. Portanto, por estas razões todas, peço que criem as condições para que as intervenções sejam feitas, gostem ou não gostem do que se está a ouvir. É a liberdade.

Faça a favor, Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Obrigado, Sr. Presidente.

Esta proposta prevê, por isso, a suspensão de acesso a serviços em todo o território nacional por parte de autoridades administrativas; prevê o bloqueio automático de mensagens e de conteúdos nas plataformas. Esta proposta, quando confrontada com a recolha de dados pessoais de crianças e de pais, diz simplesmente que vai propor minimizar os efeitos dessa recolha.

Isto não é uma proposta. Isto não é sequer uma tentativa séria de regular um espaço que supostamente não teria regulação. Isto é outra coisa, e é sobre isso que o Parlamento português está hoje a debater. Isto é sobre um país e um grupo de partidos, é sobre um grupo de instituições com medo da verdadeira liberdade — pela qual disseram lutar, ao longo de décadas —, a verdadeira liberdade daqueles jovens que ali estão, nas galerias, de não pensarem como o PSD nem como o PS, de não serem endoutrinados, a liberdade de fazerem o futuro que querem e de definirem o futuro que querem.

*Aplausos do CH.*

É sobre isto o debate de hoje. Este debate acontece aqui, tal como em Espanha ou na Austrália, porque o poder político aí sediado decidiu e passou a ter medo da verdadeira liberdade.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, a liberdade não pode ser só para usar quando nos convém. Os exemplos do estrangeiro não podem ser só quando nos convém.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, se é verdade que Espanha e Austrália têm esta restrição, também é verdade que têm prisão perpétua e castração química de pedófilos, e os senhores nunca quiseram aplicá-las!

*Aplausos do CH.*

Isto não é sobre liberdade, nunca foi sobre liberdade. Isto é sobre controlo: é sobre o controlo das mentes, é sobre o controlo do futuro e é sobre o controlo que nós não deixaremos passar! Viva a liberdade!

*Aplausos do CH, de pé.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — André, a campanha não te fez bem!

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Quando os Srs. Deputados criarem as condições, vamos passar à próxima intervenção, que é do Grupo Parlamentar do Livre.

Até 30 segundos mais a tolerância, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É 0,6 %!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caros Colegas: Esta Assembleia da República tem assento no conselho de supervisão da Europol, que nos avisa repetidamente para o maior perigo neste momento, que é o da criminalidade em salas ocultas de redes sociais e plataformas de jogo, que afetam as nossas crianças. Ontem, a Polícia Judiciária alertou-nos para isso.

Há aqueles que estão do lado da polícia em todos os momentos, mas não querem ouvir a polícia neste momento.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Exatamente!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Não, não! Não foi nada disso!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Há aqueles que dizem «aqui d'el-rei» se os miúdos ouvem qualquer coisa na sala da aula de Cidadania, mas já podem ouvir o que for preciso no *chat room* do Sr. Elon Musk. Esses, os que votam contra uma iniciativa destas, que não querem sequer fazer o debate, estão do lado dos interesses mais poderosos e perigosos neste momento, interesses que fazem guerra às democracias, às nossas crianças, à nossa liberdade.

*Aplausos do L e de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Não havendo mais inscrições...

*Pausa.*

O Sr. Deputado André Ventura pede a palavra para uma intervenção. Tem então a palavra, até 7 segundos mais a tolerância, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria concordar com o que disse o Sr. Deputado Rui Tavares. Não há melhor descrição, quando terminamos este debate, do que dizer isto: de facto, Sr. Deputado, nós estamos ao lado dos interesses mais poderosos do mundo. Sabe qual é esse interesse? Chama-se «liberdade». É o nosso interesse mais poderoso!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado Rui Tavares pediu a palavra para que efeito?

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Não tens tempo, não falas!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos. Queria pedir — verão logo que estejam prontas as atas da sessão — para que não sejam falsificadas as palavras que aqui foram ditas.

*Protestos do CH.*

Os interesses que eu mencionei são os mais...

*Continuação de protestos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, é uma interpelação à Mesa e a Mesa não consegue ouvir.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é! É uma intervenção!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Eu não sei se é ou não é, porque não consigo ouvir!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu consigo ouvir!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Mas eu não consigo,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então tens de ir ao médico!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — ... e quem tem de saber se é ou não uma interpelação é a Mesa. Peço desculpa, são as regras do nosso Regimento.

Sr. Deputado Rui Tavares, faça favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ficará certamente claro, em ata, que o que eu disse é que esses interesses são os mais poderosos e perigosos, os dos Elon Musk e dos piores tiranos deste tempo.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o mesmo do costume!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Então é para distribuir as atas que depois toda a gente vai conhecer? Portanto, é um bocado redundante, mas obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições para intervenções, vou chamar o Sr. Deputado que fará o encerramento deste debate.

*Pausa.*

Ainda antes, para uma intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, até 4 minutos e 23 segundos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Eva Brás Pinho.

A Sr.<sup>a</sup> **Eva Brás Pinho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Com 6 anos, tinha um *Motorola* cor-de-rosa para ligar aos meus pais.

**Vozes do CH:** — Oh!...

A Sr.<sup>a</sup> **Eva Brás Pinho** (PSD): — Também brincava às escondidas, à apanhada e ao elástico.

Com 10 anos tive a primeira conta de *Facebook*, criada com o *email* da minha mãe, que controlava o que eu publicava e as mensagens que recebia.

Com 13 anos, apareceu o *Instagram*, que tão depressa servia para publicar *selfies* com amigos como para gerar discussões com os pais, porque me proibiam de publicar determinadas coisas que as minhas amigas também publicavam.

Os *reels* e o *TikTok* já só aparecem na faculdade, com uma maturidade maior.

Eu sou da geração cobaia, a que não ouviu falar dos impactos das redes sociais, porque ainda não se conheciam, mas que os viveu. Vi colegas a chegarem às aulas a dormir, porque passavam noites inteiras agarrados a videojogos viciantes.

*Risos do CH.*

Vi amigas a definhar e a deixar de comer pela comparação permanente com padrões irreais amplificados pelo *Instagram*. Vi a ansiedade da validação pelos *likes* e pelos comentários...

*Pausa.*

Sr. Presidente, eu nem consigo ouvir a minha voz...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O tempo parou.

Srs. Deputados, além das três razões de que falei há pouco, a Mesa, entretanto, tem outras coisas e, às vezes, não consegue acompanhar as duas coisas em simultâneo. Portanto, peço que criem as condições para que todos possamos finalizar o plenário ainda hoje. Muito obrigado.

Quando quiser, Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Eva Brás Pinho** (PSD): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vi a ansiedade da validação pelos *likes* e pelos comentários, e vi o *bullying* a transformar-se num ataque, sem tréguas, que já não termina no recreio, mas que continua em casa, no telemóvel, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Vi também uma mudança silenciosa: acabou o tempo para o aborrecimento — esse lugar onde nascem o pensamento, a criatividade, outras formas de brincar e de conviver. O *scroll* infinito preenche imediatamente o vazio, e quando esse espaço deixa de existir perde-se também uma parte essencial do crescimento.

Srs. Deputados, o que estamos a discutir não é um ataque à democracia, é vulnerabilidade. As crianças não são estúpidas, mas — sim! — são mais suscetíveis à manipulação e têm menos capacidade para resistir à gratificação imediata.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Eva Brás Pinho** (PSD): — O córtex pré-frontal — que suporta a autorregulação e o controlo e a avaliação do risco — não está ainda totalmente desenvolvido, e, embora estes comportamentos aditivos existam em todas as idades, os danos irreversíveis no desenvolvimento das crianças são incomparáveis com o impacto que têm nos adultos.

*Protestos do Deputado da IL José Miguel Teixeira.*

E isto não são perceções, são evidências.

Os estudos mostram que os níveis de ansiedade e de depressão dispararam a partir de 2010, exatamente quando as redes sociais e o acesso permanente se tornaram massivos. Não é coincidência.

Hoje, a escala ainda é maior: os dados refletem que perto de metade dos adolescentes dizem estar *online* quase constantemente. Não é uso frequente, é presença contínua. Quando assim é, o impacto deixa de ser

um episódio, torna-se um ambiente total de crescimento, e isso compromete as competências sociais, emocionais e culturais que se aprendem, sobretudo, vivendo.

Sr. Presidente, é por isso que esta iniciativa é necessária. Não é um projeto contra o digital, não é um projeto para controlar adultos. Achar que, com este projeto, o PSD tem a intenção de uma supervigilância é, no mínimo, bizarro! É um projeto para proteger, um projeto que não aceita que a liberdade digital signifique abandono ou conivência; que quer introduzir o espaço digital de forma gradual, para que as crianças tenham tempo de maturação e margem para desenvolver discernimento e pensamento crítico antes de serem expostas, sem travões, a mecanismos tóxicos.

E isto não é abstrato. Há pouco tempo, estive numa escola onde foi pedido que levantasse a mão quem concordasse que as redes sociais fazem mais mal do que bem, e a concordância foi esmagadora. Os próprios reconhecem o dano, mas não conseguem, sozinhos, sair deste ciclo.

Sr. Presidente, não estamos a inventar um debate nem a improvisar um caminho: a Austrália legislou; Espanha, França e Itália avançaram no mesmo sentido;...

*Protestos da Deputada do CH Rita Matias e do Deputado da IL José Miguel Teixeira.*

... o Parlamento Europeu no mesmo sentido; e a própria Presidente da Comissão Europeia assume que considera seguir os passos do modelo australiano.

A pergunta é, por isso, se Portugal tem a coragem de não enterrar a cabeça na areia e estar entre os pioneiros num tema que não pode esperar.

Sr. Presidente, a minha geração cresceu numa fase em que o Estado ainda não tinha instrumentos para impor limites eficazes. Fomos mais expostos do que era justo e, em muitos casos, mais sozinhos do que era aceitável. O que estamos a fazer agora é diferente: estamos a dizer às crianças de hoje que não vão crescer sozinhas neste ambiente; e estamos a dizer aos pais que não nos queremos intrometer na educação que dão aos filhos nem os queremos substituir, mas queremos ser parceiros, dar-lhes ferramentas e um quadro que torne a proteção de facto possível.

*Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.*

E se a minha geração podia ter sido mais protegida, que isso sirva de lição para agirmos a tempo para quem vem a seguir e não escolhermos, de forma nenhuma, não fazer nada, porque, Srs. Deputados, isso é que não podemos mesmo.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Ainda temos mais uma intervenção, que será do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Até 5 minutos e 8 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Aproximando-nos do final do debate, importa reiterar e fazer o sumário daquilo que tivemos a oportunidade de discutir esta tarde.

Em primeiro lugar, quanto à natureza do debate: estamos a regular direitos fundamentais, sim, mas estamos também a gerir os riscos que ameaçam os jovens na sua presença nas redes sociais, na sua presença em ambiente digital, com proporcionalidade, com propostas, como em tantos outros domínios várias vezes implementamos com este mesmo propósito.

Não somos luditas digitais. Não temos uma vontade de destruir as redes sociais, não temos uma vontade de, de alguma forma, impedir o seu desenvolvimento e até o seu aproveitamento para o futuro das comunidades e para o futuro dos jovens.

Conhecer o mundo digital para potenciar conhecimento, criatividade e melhorar o mundo é, de facto, algo que está ao alcance das nossas sociedades e das nossas comunidades, desde que tenham ferramentas para poder fazê-lo, sabendo o que estão a fazer.

O diagnóstico é especialmente claro. Da resolução que o Parlamento Europeu aprovou, em novembro do ano passado, é evidente que um em cada quatro jovens revela uso disfuncional dos *smartphones*. Revelam adição, alterações da atividade neuronal, conexão com problemas óbvios de saúde mental, criação de dependência em matérias de jogos e muito maior vulnerabilidade à manipulação no contexto das redes sociais.

Como dizia: adição, saúde mental, desenvolvimento psicossocial, desenvolvimento cognitivo, problemas de motricidade, problemas de sono, *bullying*, risco de predadores sexuais, violência verbal, problemas de serem sujeitos a chantagem por violação de regras de cibersegurança, violação da sua privacidade, desinformação em matéria de saúde, radicalização, ausência de proteção enquanto consumidores, que também são. Tudo isto é suficiente para regularmos e intervirmos noutros domínios e não será suficiente para intervirmos, em proteção dos jovens, em ambiente digital? Não se compreenderia que esta Assembleia nada fizesse.

Os próprios estudos sobre esta matéria são claros. Um estudo da própria *Meta* identifica maior vulnerabilidade de adolescentes a publicações que potenciam distúrbios alimentares, por exemplo. Um estudo da Harvard Medical School e do Hospital Psiquiátrico de Boston evidenciam perturbação de sono e da criatividade por uso excessivo e ausência de regulação. A Sociedade Portuguesa de Neuropediatria aponta para um aumento de sedentarismo, fadiga ocular, problemas de desenvolvimento motor, problemas na qualidade do sono, construção de ideiação de inferioridade física perante os seus colegas. Isto não é suficiente para nos motivar?

E, já agora que falámos há instantes de estar do lado da polícia ou estar do lado dos outros, a PSP promove todos os anos várias ações de formação quanto a riscos nas redes sociais,...

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — Exatamente!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... ações de prevenção para garantir uma *internet* mais segura para todos, produzindo até coisas que devem ser ferramentas também para os pais — e já irei a este ponto, que é igualmente fundamental.

Às vezes há uma dissonância geracional em muitos aspetos. Aqueles que são *boomers* nem sempre acompanham aquilo que os seus filhos, que são *millennials*, estão a fazer nas redes sociais. A própria PSP produz um dicionário de *emojis* para que os pais que estão atentos consigam interpretar aquilo que está a ser comunicado nas redes sociais. Mas, como já foi dito neste Plenário, a igualdade não é um ponto de partida neste debate, porque nem todos os pais têm a mesma informação, nem todos os jovens têm acesso à mesma informação, e é fundamental que o Estado assegure e ajude a que esse trabalho se possa fazer.

*Aplausos do PS.*

De direito comparado já falámos o suficiente, o caminho é aquele que este Parlamento está aqui a discutir. Não há recuo, há, sim, o reconhecimento de que algumas soluções estão a manifestar-se insuficientes e de que é preciso regular ainda mais. E se a Europa se preocupa com esta matéria é porque reconhece que, se não tiver um espaço robusto, à escala da União Europeia, capaz de dar respostas, dificilmente conseguirá reagir e criar as oportunidades para sermos um *player* à escala internacional.

Portanto, não temos de aguardar pelas respostas que, no plano europeu vão ser construídas, temos é de liderar essas respostas e, a partir dos parlamentos nacionais, dar o sinal que, também em Estrasburgo e em Bruxelas, é necessário.

Estes projetos que hoje discutimos têm as plataformas como destinatários, e esse é um objetivo fundamental: aquilo que podem e não podem fazer em relação aos jovens e a escala de privacidade que devem promover. Mas é preciso mais, porque os tempos de ecrãs não se limitarão às propostas que aqui estamos a discutir. Ou melhor, a limitação do tempo de ecrãs não se limitará à aprovação das medidas que temos em cima da mesa, ela não se esgota no debate que aqui hoje fazemos. Portanto, pais e famílias, escolas, comunidade e jovens precisam de ferramentas, de regras sobre como lidar com estas matérias.

Alguns investigadores apresentam algumas pistas: as idades ideais para terem um ecrã, para terem uma consola, para navegarem na *internet* acompanhados, para navegarem na *internet* sem acompanhamento. Esta

parcela do debate é fundamental, e não podemos achar que o nosso trabalho está concluído se aprovarmos as iniciativas que estão em cima da mesa e as melhorarmos.

Há dúvidas que mantemos quanto a este debate, e queremos aqui afirmá-las. No que respeita à idade, pensamos que a faixa etária entre os 13 e os 16 anos precisa de proteção adicional, e era desejável que também aí víssemos um alargamento das regras de proibição, precisamente para colmatar a iliteracia digital de alguns encarregados de educação, que é uma evidência. Não é algo que desejemos, mas é a realidade com que temos de trabalhar.

Temos de garantir boa proteção a nível dos direitos fundamentais, garantindo intervenção judicial sempre que necessária. Temos de garantir que a chave móvel é um instrumento que apenas partilha o estritamente necessário, de forma binária: é maior ou é menor de 16 anos.

Muitas questões para o futuro, mas como o meu colega já teve a oportunidade de dizer, este é um bom ponto de partida, não o desperdicemos.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Antes do encerramento, ainda temos uma última intervenção, para esgotar os 40 segundos do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal. Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Ouvidos os argumentos dos dois principais partidos que defendem esta proposta, nomeadamente o PS e o PSD, ficam algumas perguntas.

Primeiro: porque é que, quando começa este debate na Assembleia da República, se opta imediatamente por uma solução que não está testada e que, nos poucos sítios onde está testada, não tem corrido bem?

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, temos de distinguir duas coisas muito diferentes: uma coisa são os impactos das redes sociais, que têm sido conhecidos e que a literatura está ainda a discutir; outra coisa são os impactos destas medidas, em particular, que ainda não são bem conhecidos e que, até agora, têm criado imensos problemas a todas as jurisdições que as têm tentado.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Por isso, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, pergunto-vos: porque é que não começaram este debate pelas fundações, que são exatamente o apoio às crianças e aos grupos mais vulneráveis, e começaram por uma proibição, que pode ter efeitos imprevisíveis?

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para o encerramento, pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Lopes Marcelo, que dispõe de 2 minutos.

A seguir teremos votação.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Sr. Presidente, cabe-me encerrar este debate e queria começar por agradecer os contributos de todos. Acho que foi um debate aceso, um debate participado, em que deu para perceber a perspetiva de cada um dos partidos. Mesmo não concordando com algumas coisas que foram aqui ditas, é importante para nós, PSD, perceber as vossas preocupações, e agradeço isso.

Penso que há aqui uma vontade, de uma maioria alargada, de legislar sobre esta matéria, percebendo que as crianças não podem ser totalmente desprotegidas no espaço digital. Há também uma vontade alargada de dar mais poder aos pais, para acompanharem e autorizarem os seus filhos, quando entenderem que estão preparados, a ter uma conta nas redes sociais. Essa conta, obviamente, terá requisitos específicos para proteger as crianças, e apelava a todos para darem contributos, em sede de especialidade, para melhorarmos as contas das crianças nas redes sociais, para que cumpram o seu objetivo.

Agora, obviamente, não há acordo sobre como legislar.

O debate na especialidade pode ajudar a conseguirmos soluções mais sólidas. Vamos ouvir especialistas, vamos ouvir pais, psicólogos, médicos.

Apelava também à Iniciativa Liberal e ao Chega que, mesmo não concordando, façam chegar propostas, aperfeiçoem a lei — a não ser que estejam satisfeitos com a situação que existe, que penso que não é o caso —, reconhecendo que tem de haver alguma regulação neste espaço digital.

Foi aqui referido também o tema do *chat control* e da censura. Penso que ficou claro, neste debate, que não há nenhuma vontade de instituir um sistema de censura ou de *chat control*. Pelo contrário, são as plataformas que têm de fazer autorregulação em conteúdos violentos ou nocivos para as crianças. Não é o Estado, não é a ANACOM, não é o Governo.

Falou-se muito aqui também de liberdade. Percebemos a vossa preocupação, ajudem-nos a que a ideologia não se sobreponha ao interesse das crianças e a que possamos ter uma lei que proteja as crianças sem prejudicar a liberdade.

Muito obrigado pelos vossos contributos e...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao segundo ponto da ordem de trabalhos, que consiste na votação do Projeto de lei n.º 398/XVII/1.<sup>a</sup>, do PSD, que acabámos de discutir.

Já está a decorrer a verificação de quórum, e peço aos serviços que considerem a minha presença, porque não estou a conseguir registar-me. Se mais alguém não estiver a conseguir, peço que se identifique rapidamente para que possamos, depois, passar à votação.

*Pausa.*

Além de mim, peço que considerem também as presenças do Sr. Deputado Miguel Matos, do Partido Socialista, da Sr.<sup>a</sup> Deputada Andreia Neto, do Grupo Parlamentar do PSD, e do Sr. Deputado João Alves Ambrósio, da Iniciativa Liberal.

Se todos conseguirem fazer o registo, peço então que se feche a verificação do quórum.

*Pausa.*

Peço aos serviços que considerem também a presença do Sr. Deputado João Torres, do Partido Socialista. Portanto, temos perfeitamente quórum para fazer a votação.

Vamos então passar à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 398/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Estabelece medidas de proteção de crianças em ambientes digitais.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do PAN e do JPP, os votos contra do CH e da IL e as abstenções do L, do PCP, do CDS-PP, do BE e do Deputado do PS Miguel Matos.*

*Aplausos do PSD.*

Este projeto de lei baixa, assim, à 1.<sup>a</sup> Comissão.

Pediui entretanto a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é para anunciar uma declaração de voto escrita sobre esta votação.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado.

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo pediu a palavra para o mesmo efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado.  
Sr. Deputado André Pinotes Batista, pediu a palavra para o mesmo efeito?

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Para o mesmo efeito, mas a título pessoal, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado.  
Presumo que o pedido de palavra do Sr. Deputado Miguel Costa Matos seja para o mesmo efeito, declaração de voto.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado.  
A agenda da reunião plenária de amanhã, que começa às 10 da manhã, já é do conhecimento público e está também no portal, na *intranet* a que têm acesso.  
Até amanhã, Srs. Deputados.  
Muito obrigado.

*Eram 17 horas e 28 minutos.*

---

*Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação*

**Nota:** *As declarações de voto anunciadas pelos Deputados do PS André Pinotes Batista e Miguel Matos, pela Deputada do L Isabel Mendes Lopes e pelo Deputado do BE Fabian Figueiredo não foram entregues no prazo previsto no n.º 4 do [artigo 87.º](#) do Regimento da Assembleia da República.*

---

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.